

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Danilo Bonfim Tanaka

**COMUNIDADE DO BONETE:
UMA ANÁLISE SOBRE TURISMO E MODO DE VIDA**

São Paulo
2016

Danilo Bonfim Tanaka

COMUNIDADE DO BONETE:
UMA ANÁLISE SOBRE TURISMO E MODO DE VIDA

Trabalho de graduação submetido como
requisito para obtenção do título de Bacharel
em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Júlio César Suzuki

São Paulo
2016

Agradeço à família, que sempre foi a base de tudo.

Agradeço aos Varzeanos, companheiros de graduação e ciladas.

Agradeço ao Professor Júlio César Suzuki pelo inabalável incentivo.

Agradeço aos caiçaras, que me mostraram que um outro modo de vida ainda é possível.

Sumário

Índice de Ilustrações	4
Resumo	5
Introdução	6
1 – História, ocupação e desenvolvimento do turismo na região.....	14
1.1 Ilha de São Sebastião	14
1.2 Início da ocupação	16
1.3 O desenvolvimento do Turismo na região	20
2 – A definição do Caiçara E do seu modo de vida	25
3 – Desenvolvimento da atividade turística e mudança no modo de vida.....	35
3.1 Pesca e as Boneteiras (canoas tradicionais artesanais).....	35
3.2 As propriedades e a roça	44
Considerações Finais	53
Referências	56

Índice de Ilustrações

Ilustração 1 - Mapa do contexto regional na qual o município de Ilhabela está inserido. Fonte: IGC	7
Ilustração 2 - Praia do Bonete vista de um mirante na trilha. Outubro de 2015. Autor: Danilo B. Tanaka	8
Ilustração 3 - Comunidade do Bonete, outubro de 2015. Autor: Danilo B Tanaka	9
Ilustração 4 - Mapa do projeto de reclassificação do zoneamento da ilha, com populações tradicionais dentro da classificação urbana. Fonte: http://ciencia.estadao.com.br/	10
Ilustração 5 - Pousada localizada na beira da Praia do Bonete. Outubro de 2015. Autor: Danilo B. Tanaka.	12
Ilustração 6 - Relevo da Ilha de São Sebastião. Fonte: França, 1954.....	14
Ilustração 7 - Mapa áreas de uso em Ilhabela. Fonte: ilhabela.sp.gov.br	15
Ilustração 8 - Pintura em aquarela datada de 1827 retratando Vila Bela da Princesa. Autor: Jean Baptiste Debret.	18
Ilustração 9 - Vista da vertente da ilha voltada ao Canal de São Sebastião, área mais urbanizada da ilha. Por Maristela Colucci. Acessado em http://viaje aqui.abril.com.br/materias/bonete-e-castelhanos-em-ilhabela#15	21
Ilustração 10 - Fonte: CALVENTE, 1993, p. 78.....	32
Ilustração 11 - Cais na desembocadura do Rio Nema, praia do Bonete, outubro de 2015. Autor: Danilo B Tanaka.....	36
Ilustração 12 - Cais na desembocadura do Rio Nema, praia do Bonete, outubro de 2015. Autor: Danilo B Tanaka.....	38
Ilustração 13 - Pescadores remendando a rede, praia do Bonete, maio de 2016. Autor: Danilo B Tanaka	40
Ilustração 14 - Fonte: Silva, 2006. P. 64	43
Ilustração 15 - Fonte: Silva, 2006. P. 62	44
Ilustração 16 - Comunidade do Bonete vista de um mirante na trilha, maio de 2016. Autor: Danilo B Tanaka	45
Ilustração 17 - Estabelecimentos a beira praia na comunidade do Bonete, maio de 2016. Autor: Danilo B Tanaka	47
Ilustração 18 - Comunidade do Bonete, maio de 2016. Autor: Danilo B Tanaka.....	48
Ilustração 19 - Croqui elaborado a partir dos dados coletados nos trabalhos de campo.	51

Resumo

O presente estudo teve por objetivo analisar os impactos que a atividade turística trouxe à comunidade tradicional Caiçara do Bonete. Para isso, foram pesquisadas as origens da ocupação do território de Ilhabela, tanto pelos caiçaras como pelo turismo. Comparamos as referências bibliográficas com a realidade encontrada no campo, no qual foram realizadas entrevistas e séries fotográficas. A partir desses apontamentos, foram identificados traços da cultura tradicional caiçara na comunidade do Bonete e suas transformações ocasionadas pela atividade turística, tais como o abandono de práticas tradicionais por incompatibilidade constitucional, a especulação imobiliária, a monetarização da economia e o fortalecimento da pesca.

Palavras Chave: Caiçara, Bonete, Turismo, Modo de Vida.

Abstract

The objective of this study was to analyze the impacts that tourism brought to the traditional Caiçara community of Bonete. To reach the objective, surveys were conducted to understand the beginning of Ilhabela's territory occupation. Bibliographic references were compared to the reality found on field, where we conducted interviews and series of photographs during this field job. From these notes, caiçara cultural traits were identified in the Bonete's community, beyond the changes caused by the touristic activity, such as abandonment of traditional practices by constitutional incompatibility, real state speculation, monetization of the economy and strengthening fisheries.

Keywords: Caiçara, Bonete, Tourism, Way of Life.

Introdução

A busca por paisagens que contenham elementos naturais como praias, ilhas, montanhas, cachoeiras e tantos outros, se constitui como uma forte demanda turística. BARRETO (2003, p. 51) afirma sobre o turismo realizado em áreas bucólicas:

“[...] este tipo de turismo de contemplação da natureza terá cada vez mais adeptos como resultado da deterioração da qualidade de vida nos grandes centros urbanos-industriais. Até o século XIX, a natureza era vista pelo homem como um desafio, algo selvagem que devia domesticar; depois da industrialização começa a ser vista como algo a ser preservado e desfrutado.”

A situação de tensão ocorre quando esse turismo de contemplação da natureza se aproxima de territórios pertencentes a áreas de ocupação de importantes comunidades tradicionais. Locais como o litoral do Estado de São Paulo passaram a ser muito frequentados pelas suas características naturais e relativa proximidade com grandes centros urbanos. É possível que o turismo traga ressignificações culturais importantes para essas áreas nas quais existem as comunidades que desenvolvem algum tipo de atividade tradicional, como a pesca e a agricultura. O presente trabalho buscou analisar as transformações que o turismo pode causar em uma comunidade com traços culturais caiçaras: a comunidade do Bonete, localizada em Ilhabela. A vivência que tive nessa comunidade desde antes da graduação foi essencial para acompanhar algumas das transformações que foram analisadas nesse trabalho.

No mapa a seguir podemos observar a localização do município de Ilhabela no contexto regional estadual, que é a Região Administrativa de São José dos Campos, definida pelo Governo do Estado de São Paulo. (Estado de São Paulo e suas Regionalizações. SEADE-SP. Consultado em 22 de agosto de 2016). Neste mapa também podemos observar as vias de acesso rodoviário que conduzem o planalto até Ilhabela, fator importante para o desenvolvimento do turismo na ilha. A região do Vale do Paraíba possui um adensamento urbano com vários municípios diferentes, se tornando um possível emissor de turistas de acordo com BARRETO (2003). Além do Vale do Paraíba, podemos observar vias de acesso que chegam desde a Baixada Santista, como de Ubatuba e Litoral Fluminense, conferindo à

região uma posição privilegiada considerando a distância de vários polos emissores diferentes.

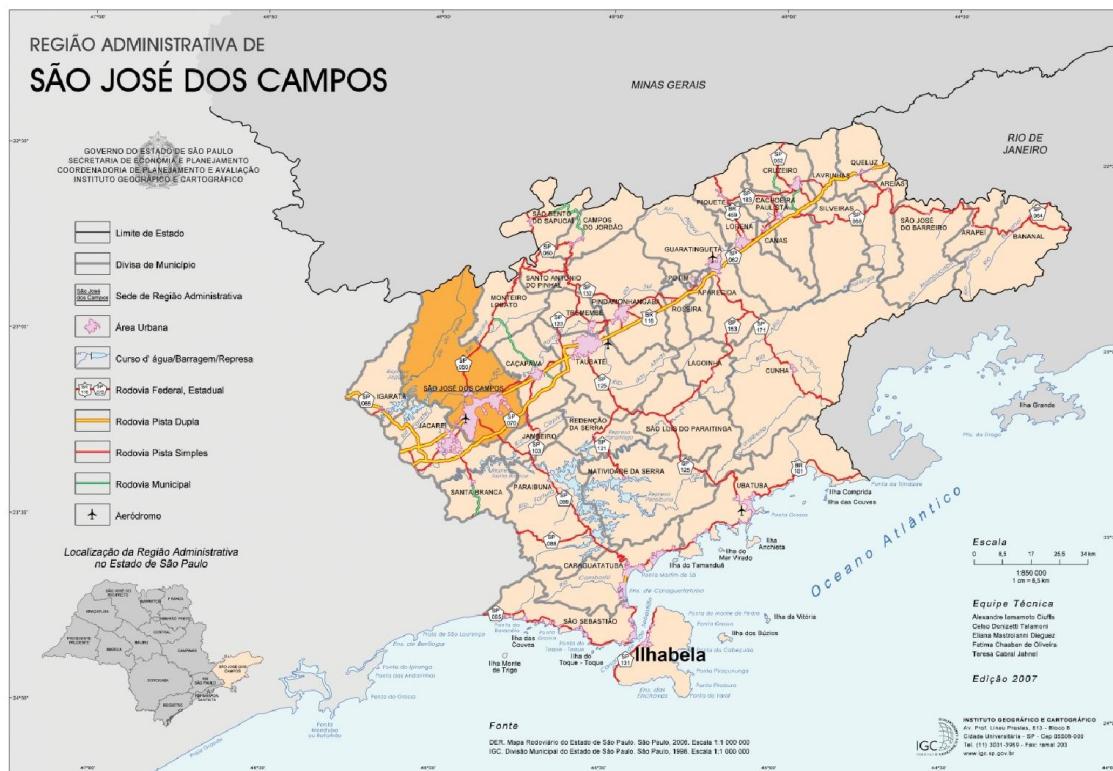


Ilustração 1 - Mapa do contexto regional na qual o município de Ilhabela está inserido.

Fonte: IGC

A comunidade do Bonete possui uma característica diferencial que acaba impactando no seu cotidiano, que é o isolamento de acesso. Para chegar até essa comunidade, é necessário entrar em Ilhabela pela balsa, e seguir pela via que leva ao sul da Ilha, estrada que termina na Ponta do Sepituba, onde se inicia o Parque Estadual de Ilhabela e ao mesmo tempo a trilha de aproximadamente 14 km que leva até a praia do Bonete. Como por essa trilha não passam automóveis, para chegar até o destino é necessário percorrê-la a pé, superando seus obstáculos, rios que se tornam muito caudalosos e impossibilitavam a travessia nos períodos de chuva. Atualmente foram construídas passarelas sobre eles, viabilizando o caminho mesmo nas cheias. A outra única opção de acesso é pelo mar.

Ao longo da trilha é possível observar a exuberante e conservada Mata Atlântica que é cortada por inúmeros corpos hídricos que a atravessam. A praia do

Bonete possui uma orla de 600 metros de comprimento, e por ela avistam-se várias árvores Chapéu de Sol. Na ponta sudeste está localizada a foz do Rio Nema, desaguando no Atlântico. Sua face voltada ao sudoeste deixa a maré bastante agitada pelos ventos S e SO.

Nessa praia reside uma comunidade na qual muitos dos seus membros se autodenominam pescadores. Ainda que muitas das 70 famílias que lá residem atualmente não desenvolvam a pesca, essa ainda é a atividade tradicional dessa comunidade, concebendo um conhecimento específico totalmente necessário da região, percebendo as sazonalidades, correntes, marés e ciclo de reprodução da fauna. Na foto a seguir podemos observar uma vista panorâmica da praia do Bonete, e nela já ficam evidenciados alguns detalhes como a nítida devastação florestal nas encostas resultante da agricultura e a grande quantidade de barcos ancorados que são em sua maioria lanchas de turistas que estavam visitando a praia. A foto é de minha autoria e foi tirada durante um trabalho de campo, e por isso pude observar o perfil dos proprietários e usuários das lanchas.



Ilustração 2 - Praia do Bonete vista de um mirante na trilha. Outubro de 2015. Autor: Danilo B. Tanaka

O crescimento da atividade turística na ilha impulsionou a procura por suas belas paisagens, que se tornaram ainda mais atrativas quando apresentavam poucas transformações de suas características naturais. A procura por praias limpas e tranquilas que se localizam na face voltada ao oceano aumentou, principalmente quando a costa voltada ao canal de São Sebastião tornou-se intensamente ocupada. A foto anterior demonstra os atrativos turísticos responsáveis por fazer as comunidades como a do Bonete e Castelhanos receberem cada vez mais turistas que buscavam entrar em contato mais estreito com a natureza e com outra forma de reprodução social, que são regidas intensamente pelas características naturais. Nas palavras de DIEGUES (2004, p. 32), a reprodução social do caiçara se realizava:

“As atividades marítimas e de pesca sempre foram uma característica importante das comunidades caiçaras, ainda que a base da subsistência dependesse das atividades agrícolas. Morando de preferência no canto das praias e enseadas, protegidos pela costa vizinha ou nos canais onde se desenvolve o jundu, o caiçara sempre teve na pesca um complemento fundamental para as atividades da pequena lavoura.”

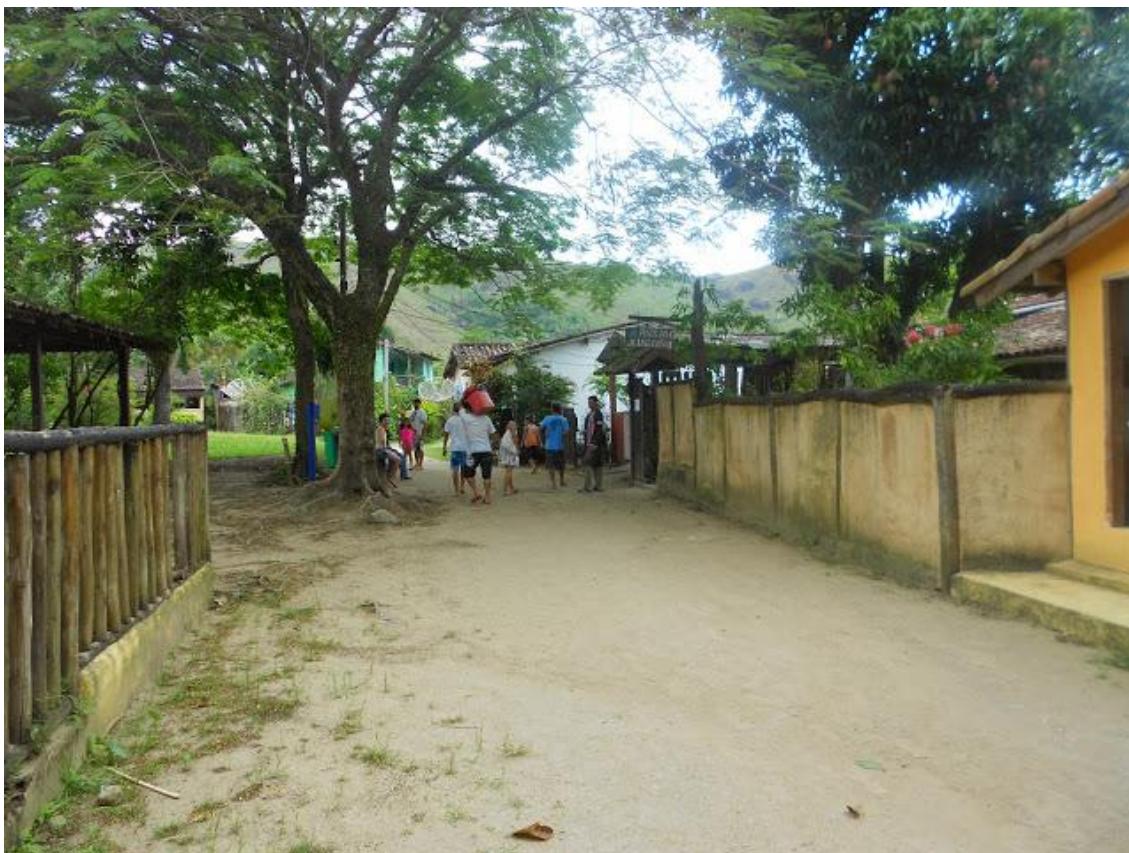


Ilustração 3 - Comunidade do Bonete, outubro de 2015. Autor: Danilo B Tanaka

Na foto acima podemos observar a rua mais movimentada da comunidade, na qual se encontram os pequenos estabelecimentos comerciais, como restaurante, quitanda e camping, todos surgiram após aumento do turismo, que impulsionou a prática dessas outras atividades pelos moradores da comunidade. E surgiram também residências de veraneio, pousadas e outros estabelecimentos para suprir a nova demanda que até vinte anos atrás era pouca ou inexistia. O ápice desse impacto pode ser exemplificado pelo projeto de Lei, atualmente arquivado, que prevê colocá-la em uma nova categoria de ocupação, dentro da classificação urbana. Dessa maneira seria realizado o asfaltamento da trilha que chega à praia do Bonete e regulamentação dos estabelecimentos que lá funcionam. No mapa abaixo percebemos a proposta de classificar a comunidade do Bonete na Z4-OD2, que significa uma área urbana com restrições.

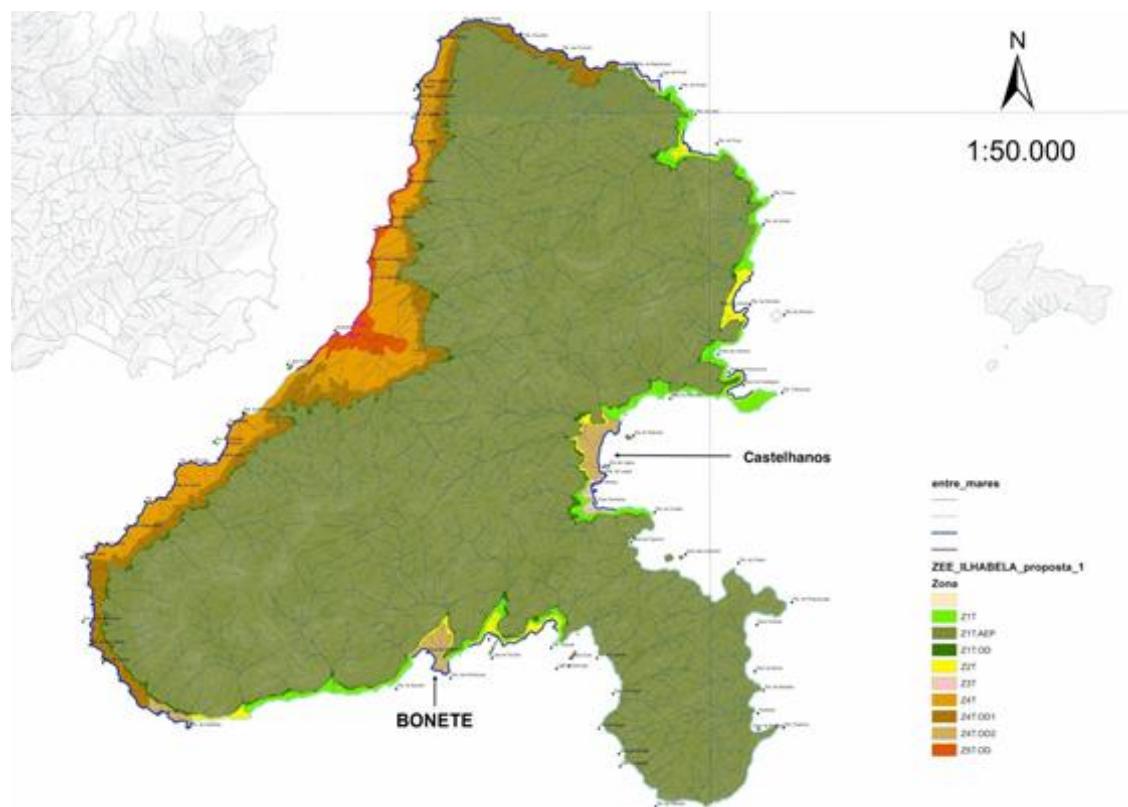


Ilustração 4 - Mapa do projeto de reclassificação do zoneamento da ilha, com populações tradicionais dentro da classificação urbana. Fonte: <http://ciencia.estadao.com.br/>

Nessa nova classificação seriam regulamentados os estabelecimentos comerciais que não poderiam existir justamente pela classificação atual. Isso é um

demonstrativo de como o turismo acaba impactando socialmente nas comunidades tradicionais, que podem sentir os impactos das mudanças constitucionais. Algumas dessas transformações sociais são enunciadas por CALVENTE (1993, p.12):

“Quando o turismo passa a ser um fenômeno de massas, o que se acelera a partir da década de 1970, a propriedade à beira-mar surge como uma lucrativa possibilidade de reserva de valor para negócios capitalistas. Para o caiçara, segundo relatado nas entrevistas, o sentimento de propriedade existia com relação ao fruto do trabalho pesca, plantações, mas não com relação à terra, por isso cercas dividindo propriedades eram desconhecidas.”

As terras que eram originalmente ocupadas por caiçaras sofreram um forte processo de especulação imobiliária. Regiões que antes apresentavam apenas um valor de uso, seja pela posição estratégica próxima à praia, ou pela roça para produção de alimentos, após a expansão do turismo na ilha, as terras passaram a ter um valor de troca, e nesse contexto, muitos caiçaras comercializaram suas propriedades por preços baixíssimos. Originalmente os pescadores fixavam suas moradias mais próximas às praias para ter facilidade de manejar seus equipamentos de pesca no trajeto da praia até seu rancho. Considerando-se que os caiçaras trocavam os excedentes da produção ou doavam para companheiros da comunidade, não era necessário saber lidar com dinheiro e operações financeiras para tarefas comuns do cotidiano. Consequentemente a população caiçara estava pouco adaptada a relações monetárias capitalistas. Além da pressão territorial, o próprio modo de vida já começou a sofrer alterações, quando as atividades turísticas passaram a ser responsáveis por empregar parte da população local.

O adensamento urbano ocasionado pelo turismo pode ser exemplificado através da observação de estabelecimentos e moradias que encontramos ao longo da via principal que corta Ilhabela de norte a sul, pelas vertentes voltadas ao canal de São Sebastião. São em sua maioria equipamentos turísticos ou condomínios de casas de alto padrão. Anteriormente esses territórios, por serem os mais próximos das praias, eram ocupados por famílias de pescadores. Houve uma forte modificação no modo de vida, que vão desde a monetarização da economia e especulação imobiliária, até os padrões de alimentação e consumo dessas populações.

Na foto a seguir podemos observar uma pousada, de estrutura nitidamente não caiçara, estabelecida na orla da praia do Bonete. Nela estão presentes vários elementos que exemplificam essa transformação, como o fato do estabelecimento estar cercado, uma transformação típica de comunidades tradicionais que sofreram especulação imobiliária, na qual a dimensão dos seus terrenos tornou-se diretamente proporcional ao seu valor de troca, sendo, de acordo com a nova concepção, interessante de ser demarcada.



Ilustração 5 - Pousada localizada na beira da Praia do Bonete. Outubro de 2015. Autor: Danilo B. Tanaka.

Nas palavras de MERLO (2000, p. 347), ficaram restritas, aos caiçaras, poucas opções, considerando-se a pressão imobiliária e o impedimento de manter a prática de seu modo de vida:

“[...] o dia a dia mostra o caiçara brigando para retirar a madeira para fazer a canoa; pelo pedaço de terra para fazer seu roçado, para conseguir um pescado para matar a fome. No desespero, vende ao turista o pedaço de chão e a casa que lhe restou da família e cai na

estrada, para ser mais um favelado em Santos, em São Sebastião, em alguma grande cidade, ou nos morros da própria ilha; excluído do seu próprio território, do mercado e dos seus antigos meios de vida.”

A criação do Parque Estadual de Ilhabela visava conter o desmatamento causado pelos empreendimentos que se espalhavam pela ilha, retirando sua floresta tropical de encosta. Entretanto, a legislação não foi flexível com os moradores das comunidades tradicionais que possuíam um uso sustentável de alguns elementos das florestas. A construção das canoas de voga é um dos principais marcos da cultura das comunidades tradicionais caiçaras. Trata-se de uma canoa feita com somente um tronco de alguma árvore com madeira de lei retirada da floresta. O dia de trazer o tronco da árvore é uma celebração para a comunidade, pois dezenas de homens se reúnem para fazer um mutirão e trazê-lo para a vila, onde o artesão terminaria a modelação manualmente. O parque engloba os limites da floresta e, portanto, essas comunidades não têm mais o direito de exercer uma atividade com muitas décadas de tradição. O modo de vida caiçara se viu refém das consequências do modelo de ocupação urbano da ilha.

Minha admiração pelas características naturais e sociais daquele pequeno povoado, e também a inquietação de entender melhor as relações complexas estabelecidas, me instigaram a voltar outras vezes e realizar essa pesquisa que visa compreender as transformações ocorridas na reprodução social dessa comunidade.

1 – História, ocupação e desenvolvimento do turismo na região

1.1 Ilha de São Sebastião

O município de Ilhabela compreende um arquipélago localizado no litoral norte do estado de São Paulo, próximo ao município de São Sebastião, que é por onde opera a balsa que permite o acesso à ilha. A maior e mais importante ilha do arquipélago, a de São Sebastião, originou-se de falhamentos tectônicos e erupções vulcânicas. (FRANÇA, 1954)

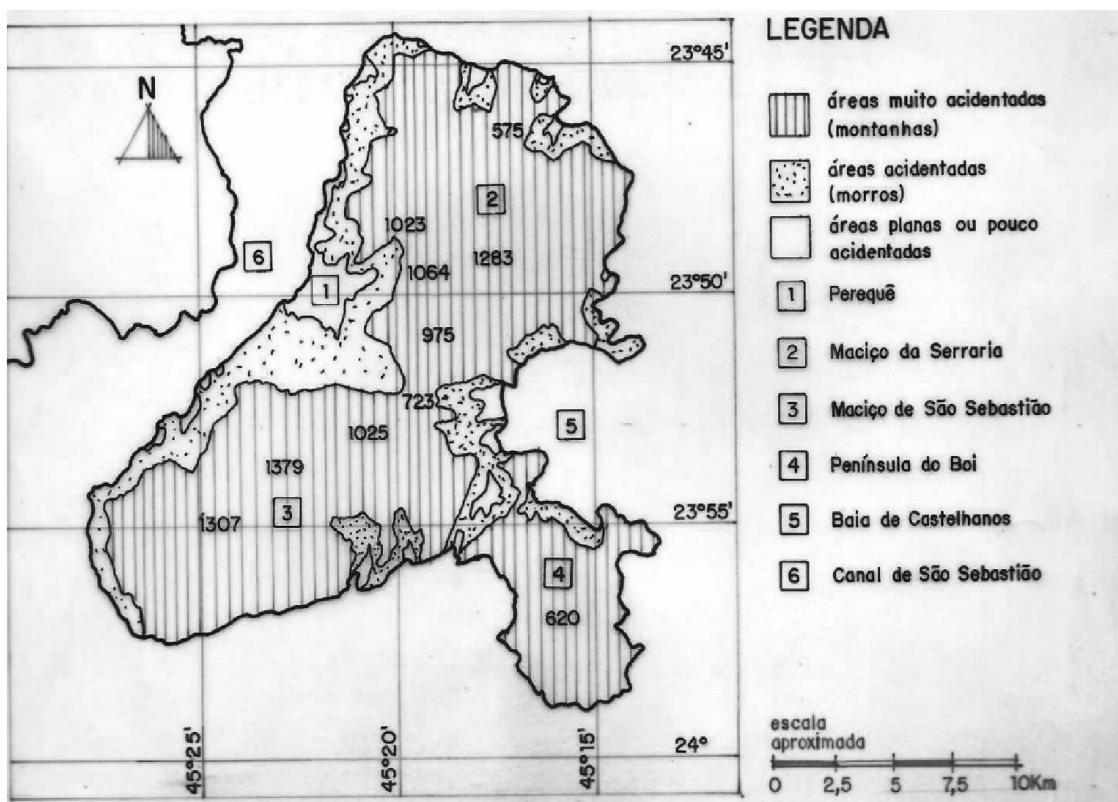


Ilustração 6 - Relevo da Ilha de São Sebastião. Fonte: França, 1954.

Seu relevo pode ser observado desde a parte continental com suas pronunciadas cotas altimétricas, sendo que o ponto mais alto da ilha, o pico de São Sebastião, possui 1.379 metros de altitude. Grande parte do território encontra-se em cotas superiores a 200 metros de altitude, restando poucas planícies em um litoral fortemente recortado, muitas vezes acompanhado por costões rochosos. Como podemos observar no mapa anterior, de autoria de FRANÇA (1954), grande parte da ilha foi classificada como áreas muito acidentadas. Além disso, podemos

notar que as áreas planas e áreas de morros estabelecem-se simbolicamente nas áreas onde ocorrem a maior ocupação populacional. Todavia vale ressaltar que na face voltada ao canal de São Sebastião, está a ocupação urbana, bastante adensada. Já nas faces voltadas ao mar aberto, estão as áreas de ocupação das populações tradicionais, como Bonete e Castelhanos.

Ilhabela é reconhecida por possuir uma grande conservação da vegetação nativa. A floresta tropical de encosta corresponde ao principal domínio paisagístico da Mata Atlântica na ilha, exuberante pelos altos índices pluviométricos incidentes na região. Muitas áreas dessas matas foram devastadas durante o cultivo da cana e posteriormente do café, resultando em alguns pontos nos quais a floresta não conseguiu se recuperar, deixando o solo exposto e o colocando em risco de deslizamento, uma vez que é pouco profundo.

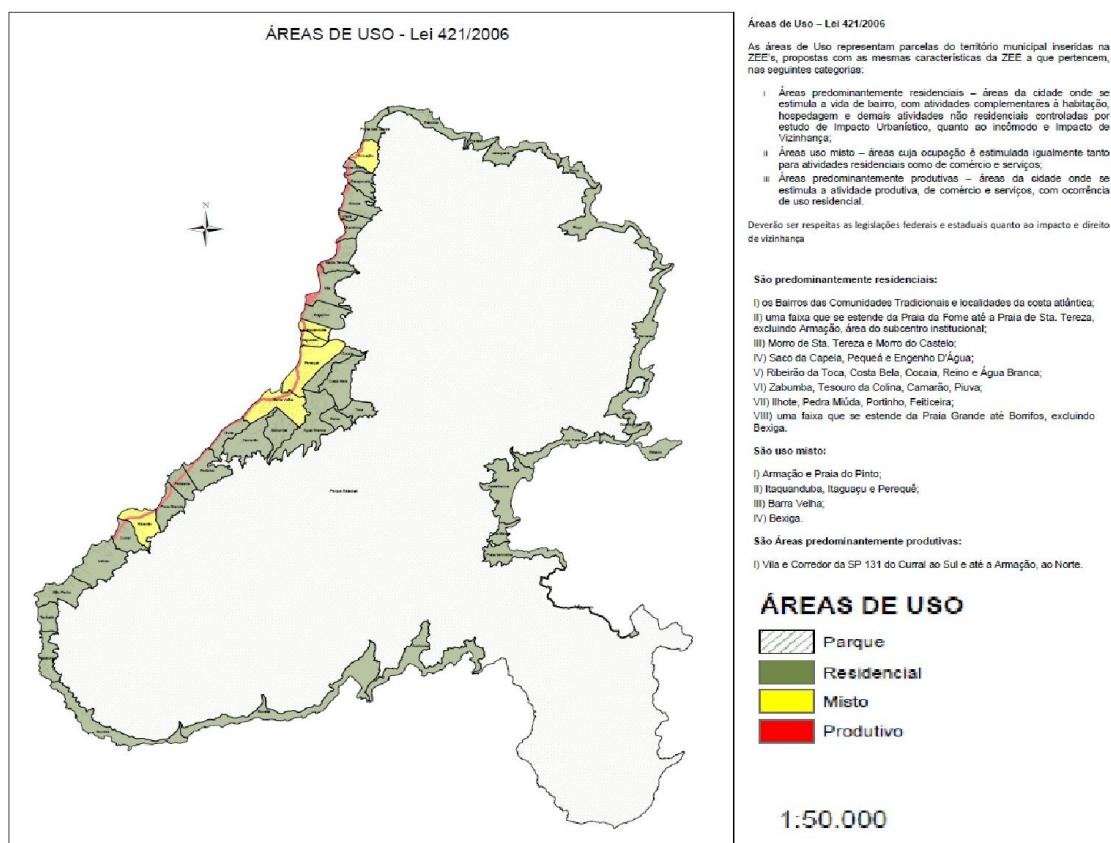


Ilustração 7 - Mapa áreas de uso em Ilhabela. Fonte: ilhabela.sp.gov.br

Durante a década de 1970 foi criado através de decreto, o Parque Estadual de Ilhabela, administrado atualmente pela Fundação Florestal. Como podemos

observar no mapa anterior, o Parque Estadual ocupa uma área correspondente à nítida maioria do território da Ilha de São Sebastião. É possível notar também que o maior recuo do parque em relação ao limite costeiro se localiza justamente na face do canal de São Sebastião onde a inicial ocupação tornou-se densamente urbanizada, impedindo a apropriação do parque nessas áreas. Nessas regiões, o limite se estabelece na cota de 200 metros. Acima disso é possível encontrar uma vegetação primitiva com várias árvores madeira de lei, como Figueiras e Jequitibás.

Outro detalhe importante de ser observado no mapa anterior, é que as áreas vermelhas correspondem a áreas de uso produtivo e, no mapa, observamos uma linha que percorre boa parte da face voltada ao canal. Essa linha é referente a estrada SP-131. A presença da estrada é determinante para a ocupação e classificação do território da ilha, permitindo um uso intensivo do solo em áreas que originalmente, pela localização próxima à praia, deveriam ser ocupadas por caiçaras.

1.2 Início da ocupação

Os relatos históricos apontam que os portugueses pisaram pela primeira vez na região em 1502, no dia em que São Sebastião é homenageado, dando o nome à ilha. Entretanto, pesquisas arqueológicas (www.ilhabela.sp.gov.br) realizadas por diversos sítios na ilha, principalmente no bairro do Viana, apontam que antes da chegada dos portugueses existia uma incipiente ocupação indígena, os Sambaquis, evidenciadas pela coleta de material cerâmico. O próprio nome que os índios batizaram a ilha, Maembipe, indicaria que era um local de resgate de prisioneiros e troca de mercadorias, demonstrando que deveria ser um território neutro e pouco ocupado. Os sambaquieiros foram reconhecidos como grupos cuja subsistência se baseava na pesca, caça de animais pequenos e coleta de vegetais.

A colonização europeia na região começou de fato em 1608, quando os colonos sesmeiros Diogo de Unhate e João de Abreu, oriundos da Vila do Porto de Santos, se estabeleceram na região. Como principais atividades estavam o plantio da cana e produção do açúcar. Paralelamente, produzia-se fumo da terra, anil, arroz, feijão e mandioca. A ocupação daquela região iniciou-se pela ilha, pois a mesma representava um ponto estratégico na luta contra os índios remanescentes na região.

O litoral norte paulista, em geral, participou das atividades agroexportadores da cana e do café. A mão de obra utilizada era totalmente escrava, apontando que a composição da população e características culturais africanas estão presentes na história da ilha. A chegada de novos colonos e aumento do tráfico negreiro originou o povoado que futuramente ficou conhecido como Vila da Ilha de São Sebastião. CALVENTE (1999, p. 30), em sua análise sobre a mão de obra escrava em Ilhabela aponta:

"A mão de obra escrava era abundante, e a explicação para esta abundância está relacionada com a残酷do sistema escravagista: os africanos que chegavam adoentados pela terrível travessia e não suportariam com a vida a subida da Serra do Mar, feita a pé, eram vendidos no local a valores abaixo do mercado. Vários quilombos foram fundados, por africanos tentando resistir ao jugo e produzindo para auto consumo."

A partir desse momento existia na ilha traços fortes das três principais etnias que viriam a formar o povo brasileiro: negros, índios e europeus. Essa mescla é uma característica marcante da formação social e cultural caiçara, que possui traços misturados desses povos. O cultivo da roça da mandioca é um dos exemplos marcantes sobre tradições indígenas e seu uso e aproveitamento do solo. Na ilustração da ilha abaixo, realizada por Debret em 1827, podemos observar alguns elementos típicos da cultura escravocrata, como o pelourinho no centro da vila.

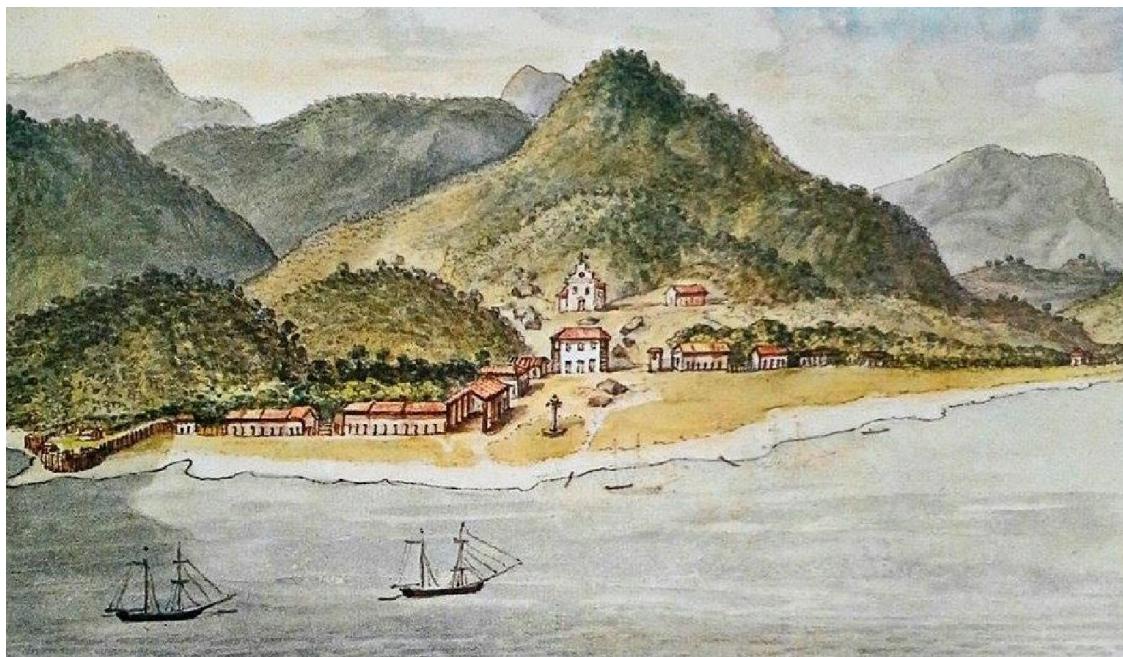


Ilustração 8 - Pintura em aquarela datada de 1827 retratando Vila Bela da Princesa. Autor: Jean Baptiste Debret.

Podemos analisar outros elementos importantes na pintura de Debret como a presença do mercado de escravos, reforçando a cultura escravocrata. Além disso, podemos observar a ocupação da vila e a consequente devastação da cobertura vegetal, que nesse período histórico, também cedia espaço à cultura do café e anteriormente à da cana.

No início do século XIX a cana-de-açúcar teve sua importância diminuída pela produção de um novo produto, o café. Todo o processo, desde o plantio até o ensacamento dos grãos torrados, era realizado por meio de mão de obra escrava. Nessa época já havia sido proibido o tráfico negreiro, então era utilizada a face da ilha voltada ao oceano para realizar o desembarque dos africanos, mais precisamente pela baía de Castelhanos, local mais escondido do grande fluxo colonial, próximo à área de estudo desse trabalho.

Com a abolição da escravatura em 1888, ocorreu a inviabilização dessa atividade econômica em Ilhabela, uma vez que era totalmente realizada através de mão de obra escrava, além da utilização das terras férteis do oeste paulista, que se tornou a principal região cafeeira do país. Outro fator foi a criação da ferrovia Rio –

São Paulo (Central do Brasil), que acarretou em redirecionamento das mercadorias à portos do Rio de Janeiro, diminuindo o fluxo nos portos do litoral norte paulista.

Nesse período histórico, ocorreu um forte êxodo rural em direção ao planalto e à Santos, reduzindo substancialmente a população do local. A partir de então viveu-se um período de esvaziamento, no qual algumas atividades, como a produção de cachaça e a pesca artesanal, eram o que movimentavam a economia local. Esse período permitiu que boa parte da vegetação nativa da ilha fosse capaz de se recompor, tendo em vista a grande devastação causada pela plantação de cana e café. Sobre a devastação da vegetação em Ilhabela, FRANÇA (1954, p. 95) afirma:

“A exploração desse litoral começada, iniciada no segundo século da história brasileira e continuada até hoje, sempre com métodos destrutivos, deve-se a transformação da paisagem que vai da linha costeira ao limite dos morros com as montanhas, já assinalada atrás. A utilização dos recursos da terra. Às custas das florestas, em três séculos e meio de agricultura itinerante, resultou na devastação de aproximadamente, 380 quilômetros quadrados, portanto 4,5 vezes a área correspondente à das planícies e 20% de toda a região.”

Em 1935 foi aberta a estrada de rodagem que ligava São Paulo a São Sebastião, servia como um canal de êxodo rural, mas também foi responsável por trazer os primeiros turistas para a ilha. Ary França escreveu sua tese exatamente nesse momento histórico, e é possível notar em seu trabalho as transformações que começaram a ocorrer desde aquela época, principalmente em relação ao crescente fluxo de turistas que chegavam à região.

A década de 50 é um marco na transformação espacial do local. Feitos como: o asfaltamento da rodovia que liga o litoral a cidade de São Paulo, a declaração por parte do Governo Federal que as florestas são áreas protegidas, a inauguração do terminal petroleiro da PETROBRAS, além da inauguração da balsa que permite a travessia do canal por automóveis. O processo de industrialização permeou pelas metrópoles e áreas adjacentes, trazendo consigo a “rodoviarização” que tornou o turismo uma atividade praticada também pelas massas. Percebe-se que as transformações que estavam ocorrendo pertenciam a um contexto muito maior que o da ilha. Eram modificações estruturais com ações concretas de políticas públicas que, por fim, influenciavam diretamente no cotidiano dos mais variados e distantes

locais desta nação, como nessas áreas de ocupação das comunidades tradicionais caiçaras.

1.3 O desenvolvimento do Turismo na região

A partir da segunda metade do século XX o Turismo ganhou destaque como uma área de desenvolvimento de estudo e pesquisa, com diversas definições de variados autores. A definição formal estabelecida pela Organização Mundial do Turismo (OMT) é: "Soma de relações e de serviços resultantes de um câmbio de residência temporário e voluntário motivado por razões alheias a negócios ou profissionais". (TORRE, 1992, p. 19)

Entre os mais variados autores, alguns aspectos são similares em todos, como a duração da permanência do turista e o caráter sem fins lucrativos de sua visita. Portanto existem dois elementos que são essenciais para entender uma atividade turística, são eles o deslocamento e a estadia. No estudo de caso deste trabalho, o deslocamento tem um papel importantíssimo na dinâmica e desenvolvimento desta atividade, pois se trata de uma comunidade que se localiza isolada, sem estradas de acesso, além de estar localizada em uma ilha.

A aptidão de uma área, para ser considerada turística leva em consideração alguns elementos que são obrigatórios, como atrativos (elementos naturais ou culturais que atraiam o interesse dos viajantes) e centro turístico (aglomerado urbano que serve como núcleo da atividade turística onde geralmente encontram-se os principais estabelecimentos, como hotéis, pousadas, agências de passeio, etc.).

Para qualificar um determinado estabelecimento, BARRETTO (2003, p.40) aponta que: “para definir se um determinado equipamento é turístico ou não, o critério deve ser o da utilização ou não por parte dos turistas”. Isso fica evidente quando um sujeito compra passagens ou um pacote de viagens e contrata serviços que são destinados diretamente ao seu lazer. Moradores do local geralmente não utilizam os mesmos serviços ou equipamentos que os turistas usam. Nessa perspectiva que começam a surgir empreendimentos que compõem a indústria turística. Todavia, é importante dizer que o turista não significa apenas um portador de dinheiro apto a contratar serviços ou usufruir dos equipamentos, mas um ser social munido de complexidades e que causa um impacto não apenas econômico, mas também antropológico e ambiental.



Ilustração 9 - Vista da vertente da ilha voltada ao Canal de São Sebastião, área mais urbanizada da ilha. Por Maristela Colucci. Acessado em <http://viajeaqui.abril.com.br/materias/bonete-e-castelhanos-em-ilhabela#15>

O litoral norte do estado de São Paulo comprehende uma faixa litorânea que se estende desde o Canal de Bertioga até o limite de Ubatuba, que faz divisa com o estado do Rio de Janeiro. Ao longo desse trecho podem-se encontrar as mais variadas unidades paisagísticas, entre elas as inúmeras praias, ilhas, rios, mangues e costões rochosos. Grande parte dessas paisagens está no domínio da Mata Atlântica, vegetação típica da região e que é responsável por abrigar uma imensa biodiversidade tanto na fauna, quanto na flora. Na foto anterior, vemos parte do Canal de São Sebastião e a vertente da Ilha de São Sebastião com sua imponente altitude e cobertura de Mata Atlântica, entretanto devastada pela ocupação urbana das planícies costeiras.

Dotada de belas praias, Mata Atlântica em boas condições de preservação e grande biodiversidade, Ilhabela tornou-se um destino muito frequentado pelos veranistas da maior metrópole do país. Também na década de 1970, visando preservar a vegetação, foi decretada lei que estabelece os limites do Parque Estadual de Ilhabela: na costa oeste, de frente ao canal e onde se encontra a zona urbana do município, o limite se situa a partir da cota 200; ao norte, sul e leste, é limitado pela cota 100 (Decreto nº 9.414, de 20 de janeiro de 1977). Portanto, toda a

construção civil e atividade turística se estabeleceu nas menores cotas altimétricas, em áreas planas e propícias à ocupação.

A contradição está aqui posta, uma vez que o conceito de conservação pode ser encarado de variadas maneiras. A justificativa para a criação do Parque Estadual de Ilhabela ocorreu em um contexto histórico no qual se buscava desesperadamente conter o desmatamento de grandes biomas naturais altamente degradados. Entretanto as comunidades tradicionais foram severamente prejudicadas uma vez que o desmatamento, seja para a roça ou construção de canoas, fazia parte da reprodução social caiçara. Tal medida, contudo, não abre qualquer ressalva à utilização por parte de populações locais, demonstrando a total incompatibilidade da reprodução capitalista do espaço, que se apropriava do território de uma maneira expansiva e totalmente predatória através da construção de grandes hotéis e casas de veraneio. A legislação surgiu como um impacto ao modo de vida tradicional e colocou em dúvida a utilização do conceito de território por parte dos caiçaras, uma vez que se as atividades tradicionais não podem ser exercidas, o conceito de dominação e aproveitamentos do espaço se enfraquecem, indícios da desterritorialização dessas comunidades.

Cresceram muitos bairros em toda a faixa litorânea que é voltada ao canal de São Sebastião. Bairros constituídos por casas de veraneio, pousadas, hotéis, restaurantes e vários empreendimentos relacionados ao lazer do turista. Muitos habitantes locais venderam suas propriedades próximas à praia, o local mais valorizado turisticamente, levando ao seu afastamento para áreas inapropriadas e bem distantes desses centros turísticos. Apesar de marginalizados espacialmente, muitos desses habitantes locais se tornaram mão de obra dos novos empreendimentos, evidenciando uma alteração da reprodução social desses indivíduos. CALVENTE (1999, p. 33) aponta:

“O espaço que vai ser utilizado para a atividade turística é um espaço que, frequentemente, já possui uma organização anterior, e assim podem ocorrer conflitos entre os diferentes projetos com relação ao mesmo espaço. O caso da Ilha de São Sebastião mostra a complexidade deste processo, e como a atividade turística pode ser também parte do projeto da população local, desde que esta não perca totalmente seu território.”

Está enunciada uma situação grave que parece ter um caráter vicioso. As características naturais de Ilhabela são seus maiores atrativos turísticos. Atrativos,

que por sua vez, atraem migrantes que buscam trabalho ou se tornam proprietários com segunda residência. Entretanto, a própria ilha não possui recursos e nem espaço suficiente para suprir tal demanda, uma vez que nela existe uma legislação vigente que define as áreas próprias a ocupação (principalmente aquelas que já estão ocupadas).

Sobre os impactos dessa atividade no cotidiano local, DIEGUES (2004, p. 34) destaca sobre a migração e os aglomerados urbanos:

“A indústria imobiliária, além de expulsar as populações nativas, atraiu um sem número de trabalhadores da construção civil oriundos de outras regiões e estados que incharam as áreas suburbanas das cidades litorâneas, construindo favelas que também passaram a ser habitadas por caiçaras migrantes de sua praia de origem.”

Para tornar esse problema ainda mais acentuado, existem as populações tradicionais que já ocupavam a ilha muito antes do turismo, populações que além de expropriadas, foram “desterritorializadas”. Os grandes empreendimentos imobiliários não apenas reorganizaram o espaço urbano, mas alteraram as características naturais do mar, tornando-o mais poluído e muito navegado, levando a alteração em suas sazonalidades originais, que já oferecem riscos ao sustento primordial de uma comunidade de pescadores, que é a pesca.

Levando em consideração que o turismo pode causar impactos como os demonstrados anteriormente, percebe-se que a comunidade caiçara do Bonete, e outras de Ilhabela, estão convivendo com interferências diretas da atividade turística na região, que levou a criação do parque e ao aumento no fluxo de turistas na comunidade além da especulação imobiliária exercida pelos indivíduos interessados em investir nos espaços dela. Sobre a criação dessas unidades de conservação e suas consequências a uma comunidade tradicional, RANGEL (2013, p. 115) destaca:

“Nesse contexto, a venda das terras e sobreposição do parque somaram-se a perda de determinados valores, como a autonomia do trabalho e incerteza de reprodução do modo de vida tradicional da comunidade em seu bairro rural, caracterizando o conflito pelo sofrimento que impactou a memória coletiva da comunidade e vinculam-se a uma história maior, que incorpora os tempos passado e presente.”

Os apontamentos sugeridos anteriormente propõem que o turismo pode gerar impactos severos em territórios ocupados por comunidades tradicionais, neste caso,

caiçara. O fato das comunidades caiçaras possuírem uma reprodução social característica, interferências são capazes de romper um determinado equilíbrio entre pesca, roça e coletividade, que são traços marcantes desta cultura tradicional que será melhor apresentada no próximo capítulo.

2 – A definição do Caiçara E do seu modo de vida

É necessário observar quem são os caiçaras e em qual contexto histórico esse modo de vida surgiu e se concretizou. Nas palavras de DIEGUES e ARRUDA (2001, P.42):

“Entende-se por caiçaras aquelas comunidades formadas pela mescla étnico-cultural de indígenas, de colonizadores portugueses e, em menor grau, de escravos africanos. Os caiçaras têm uma forma de vida baseada em atividades de agricultura itinerante, da pequena pesca, do extrativismo vegetal e do artesanato. Essa cultura se desenvolveu principalmente nas áreas costeiras dos atuais Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e norte de Santa Catarina.”

A ocorrência das comunidades caiçaras se dá desde o sul do litoral do Rio de Janeiro até o litoral do Paraná e um pequeno pedaço de Santa Catarina. Essa região esteve durante muito tempo inserida num ciclo econômico internacional enquanto área de produção agrícola, principalmente de cana de açúcar. Durante esse período, os canaviais se espalharam pela região do litoral norte de São Paulo, gerando um grande fluxo de embarcações e consequentemente originando a fundação de vários portos pela região. Além da cana, o fluxo e a importância das embarcações era devido à região realizar o escoamento de metais preciosos para Portugal, que vinham principalmente carregados em tropas desde o atual estado de Minas Gerais.

A segunda metade do século XIX e início do século XX, foi um período marcado pela chegada de muito imigrantes europeus e japoneses para o estado de São Paulo, impulsionados pela cafeicultura que passou a ser intensamente cultivada no então chamado “oeste paulista”. No novo direcionamento das atividades econômicas mais globalizadas seguirem ao interior do estado, o dinamismo econômico nas movimentadas cidades costeiras diminuiu, o fluxo de embarcações circulando pelo litoral caiu a ponto de fechar alguns portos da região (FRANÇA, 1954). Nesse contexto o meio de transporte ferroviário foi o mais utilizado tanto para o escoamento do café do planalto ao litoral, como para levar trabalhadores imigrantes europeus para o interior do estado.

E também nesse contexto, os antigos povoados litorâneos passaram por um processo de adaptação a uma economia mais local, que já não era responsável por produzir matéria destinada à exportação, passaram a pescar e cultivar itens em pequena escala para suprir sua demanda, para se reproduzirem e abastecerem

pequenos mercados consumidores com seus excedentes. Nesse ponto, é possível fazer uma comparação entre uma comunidade tradicional do interior e outra costeira, pois a pesca permitiu aos caiçaras uma variada forma de reprodução social além da cultura de subsistência agrícola, diferentemente das comunidades do interior, que tinham como exclusiva fonte de sustento o uso da terra.

Ainda que a pesca seja uma atividade importante aos caiçaras, o cultivo da mandioca e outros itens também eram de suma importância e muito representativos do seu modo de vida, uma vez que as relações que eram estabelecidas no cultivo da terra são importantes para compreender melhor sua cultura. A agricultura praticada nessas comunidades tradicionais pode ser classificada de acordo com ADAMS (2000, p.143): “ No Brasil, o cultivo ou agricultura itinerante é uma herança indígena, e pode receber várias denominações, como agricultura/roça de coivara, roça de toco, agricultura de subsistência ou de derrubada e queima”. Esse é um sistema cíclico no qual existe um pousio à terra alternado com os anos de cultivo, e neles ocorrem sucessivamente o corte, a derrubada e a queima da floresta. Ainda de acordo com ADAMS (2000, p. 143):

“A sustentabilidade deste sistema de cultivo baseia-se no ciclo de nutrientes. A biomassa presente na floresta contém nutrientes minerais que são mobilizados durante a queima, ficando disponíveis para as plantas sob a forma de cinzas. As espécies herbáceas utilizadas nas culturas agrícolas possuem raízes curtas, que capturam os nutrientes nas camadas superficiais de solo. ”

Nesse tipo de agricultura, os caiçaras cultivavam mandioca, milho, feijão, batata doce, arroz, cana de açúcar e outros. De acordo com FRANÇA (1954), até meados do século XX a maior fonte de alimentos dos caiçaras que viviam em Ilhabela vinha do cultivo agrícola. Entre vários produtos, a mandioca era a mais cultivada devido a uma série de fatores positivos, como a facilidade de crescer em solos pobres e ter um elevado crescimento por unidade de terra cultivada. Além disso, possui uma variada riqueza nutricional e ela pode ser transformada em outros sub produtos como a farinha, que juntamente com o peixe compõem a base da alimentação dos caiçaras, balanceando quantidade de consumo de carboidratos e proteínas.

A agricultura era exercida por pequenos grupos domésticos, formados pela unidade familiar e outros agregados. Nesse sistema os familiares e seus agregados

dividem as tarefas a serem executadas e depois repartiam o que cultivavam, e com esses itens em mãos, poderiam doá-los ou trocá-los por outros itens que necessitavam. De acordo com MARCÍLIO (2006, p. 37): “Como o trabalho é na maioria dos casos inteiramente fornecido pelo grupo doméstico, ele não tem valor e não pode ser avaliado e nem remunerado, em base contável universal”. A relação que os caiçaras possuem com o trabalho na roça é muito particular, sendo que existem tarefas específicas para cada tipo de membro do grupo: os jovens, as mulheres e os idosos.

Pode ser questionável atribuir o termo trabalho ao caiçara agricultor, uma vez que a condição de trabalho formalizado pressupõe a troca de habilidades por alguma unidade monetária, e a maioria dos caiçaras tinham pouco ou nenhum contato com a economia capitalista. A relação de coletividade é crucial para compreender o que significava o modo de vida caiçara, pois o indivíduo tinha uma função social e suas trocas se realizavam quando um outro indivíduo necessitava das habilidades ou dos produtos dessa função social. Todavia, sem envolvimento de transações financeiras e com muita presença das doações, simbolizando a dificuldade de um modo de vida tradicional ser capaz de produzir acumulação, uma vez que só poderiam acumular itens agrícolas e pescados, ambos perecíveis.

A utilização da terra é além de produtiva, uma das principais definidoras sociais na sociedade caiçara. Vale ressaltar que as roças não eram cercadas, entretanto todos sabiam os limites onde cada grupo familiar cultivava. A roça das comunidades tradicionais eram terras que, apesar de serem imaginariamente demarcadas através de referências como árvores e rochas, não possuíam cercado porque a concepção dos caiçaras não visava possuir grandes terrenos, mas sim possuir terras que tivessem um bom rendimento produtivo. O que era colhido era repartido entre os elementos do grupo de acordo com seu envolvimento, como demonstrado anteriormente.

Portanto, a agricultura praticada por essas comunidades utiliza técnicas que necessitam um tempo de repouso ao solo, para que ele recupere seus nutrientes naturais, caracterização clássica de um cultivo extensivo, e por consequência, com rendimento baixo. As comunidades caiçaras insulares, por estarem mais isoladas, necessitavam uma maior autossuficiência, em relação aos recursos, para que pudessem se reproduzir. Geralmente, (FRANÇA, 1954) o que vinha de outros

lugares era o sal, ferro ou outros instrumentos agrícolas. Portanto praticamente toda fonte de alimento deveria ser cultivada pelos grupos familiares, e ao lado da mandioca vinham também o feijão, milho, arroz ou cana para produção de aguardente. O largo consumo da mandioca por parte dos caiçaras evidencia a herança cultural de povos indígenas. A maior parte do consumo de carboidrato da comunidade do Bonete provinha da mandioca e seus derivados (SILVA, 2006). A casa de farinha é um marco das comunidades tradicionais, consequência da grande familiaridade com a transformação desse produto agrícola.

O que chama atenção na cultura caiçara e na sua reprodução social são as peculiaridades que envolvem o seu cotidiano na execução das tarefas diárias e o significado da realização dessas tarefas. Uma dessas características é a relação estreita e, inclusive, de dependência da natureza e seus ciclos. Todo o conhecimento que as comunidades possuem sobre a natureza é resultado de um longo relacionamento que esses povos construíram com o passar do tempo.

Essa relação é uma característica marcante de seu modo de vida, e de acordo com DIEGUES (2001, p. 23):

“A tradição caiçara é entendida como um conjunto de valores, de visões de mundo e simbologias, de tecnologias patrimoniais, de relações sociais marcadas pela reciprocidade, de saberes associados ao tempo da natureza, músicas e danças associadas à periodicidade das atividades de terra e de mar, de ligações afetivas fortes com o sítio e a praia.”

O conhecimento que desenvolveram sobre a natureza era necessário para sua reprodução social, pois dependiam das safras agrícolas e dos pescados. Os conhecimentos necessários são, por exemplo: conhecer o ciclo de reprodução das espécies, impactos das fases da Lua nas marés ou épocas de chuva e estiagem e seus impactos na colheita. Fica evidenciado um contato muito íntimo e ao mesmo tempo multidisciplinar, se considerarmos todas as variáveis que um pescador ou agricultor precisa observar em suas tarefas diárias. Não à toa, a pesca e as características naturais têm uma influência muito forte, não somente como sustento, mas também como definidora das relações sociais, por exemplo, regulando o tempo da “jornada de trabalho”. Os momentos que os pescadores vão ao mar dependem de qual época do ano estão ou de qual espécie estão pescando, uma relação regida aos padrões da natureza.

Outra característica importante sobre a pesca artesanal é o fato de todos os pescadores terem que compartilhar e usufruir o mesmo espaço para obtenção de seus recursos, o mar. Sobre a importância dele, Lúcia Helena de Oliveira Cunha (2004, p. 108) cita:

“[...] esse espaço não se configura apenas como espaço de sobrevivência material, mas como espaço de sociabilidade distintas, marcadas por arranjos próprios no desenvolvimento nas diversas modalidades de pesca e por representações simbólicas advindas da relação secular do pescador com o mar.”

O espaço marinho é dotado de uma significação particular por toda sua representatividade e importância ao pescador artesanal. E ainda de acordo com RAMIRES, (2013, p. 237):

“As comunidades de Ilhabela ainda mantêm um estreito relacionamento com o ambiente marinho, indicado pela forma como exploram os recursos naturais através da pesca. Os pescadores da Serraria e do Bonete utilizam um maior número de pesqueiros, sendo alguns compartilhados entre as comunidades, como por exemplo, os pesqueiros denominados “Jabaquara”, “Poço”, “Castelhanos”, “Ponta Grossa” e “Serraria” são utilizados por pescadores do Jabaquara, da Fome e da Serraria.”

Como apontado anteriormente, muitas vezes os espaços onde são praticadas as pescas, envolvendo locais específicos de determinadas espécies, são compartilhados inclusive com pescadores de outras comunidades. Esses pescadores têm um respeito muito grande pela reprodução das espécies, uma vez que dependem delas para sua reprodução social.

Uma maneira muito importante para compreender o modo de vida, é analisar a economia camponesa praticada nessas comunidades, que pode ser vista como um contraponto à economia industrial, mas também a uma economia primitiva. A produção agrícola (MARCÍLIO, 2006) é voltada principalmente à subsistência da família, entretanto, com o excedente é possível realizar trocas comerciais por itens que podem ser necessários, ainda que pouco acessíveis localmente pelas comunidades. Esse caráter já demonstra a queda do mito de que as comunidades tradicionais estão completamente isoladas da economia global, todavia evidencia que a relação com ela ocorre de uma maneira regida às necessidades do caiçara, e não o contrário. WILLEMS fez um estudo aprofundado sobre a comunidade que vivia na ilha de Búzios, localizada no arquipélago da Ilha de São Sebastião, e sobre o

isolamento relativo, apontou (1952, p. 108)¹: “É claramente evidente que a Ilha de Búzios não corresponde à imagem de uma comunidade independente e auto sustentável. Um número considerável de artefatos não são produzidos localmente, mas adquiridos na cidade.”.

Partindo desse ponto de vista, analisar uma comunidade caiçara também necessita analisar o contexto social e econômico ao longo de sua história, ajudando a compreender as complexidades encontradas no presente. Portanto, as características aqui apresentadas podem existir com maior ou menor intensidade em várias comunidades diferentes. Por exemplo, comunidades como a do Bonete, cujo acesso só pode ser realizado por barco ou a pé, já impõe dificuldades logísticas que vão interferir diretamente no cotidiano e, consequentemente, no modo de vida dessa comunidade em específico. Além disso, observando a gênese da cultura caiçara é perceptível que esse não foi um modo de vida que sempre existiu, mas que resultou de um elemento “perturbador”, que foi o deslocamento da principal atividade produtiva do país em direção ao interior (DIEGUES e ARRUDA, 2001), assim sendo, as transformações sociais e econômicas foram determinantes no surgimento e consolidação desse modo de vida.

Outra característica marcante da população caiçara é a cooperação mútua entre seus integrantes, e não necessariamente do mesmo grupo familiar. Essa interação ocorre na sociedade como um todo. Em épocas de plantio, buscava-se a maior fonte de alimentação nos pescados. Automaticamente, durante o ciclo de reprodução da fauna marinha, as atividades agrícolas eram mais intensas, mas uma vez a dependência da natureza exemplificada na confirmação de uma característica social marcante nas comunidades, necessidade de cooperação entre os indivíduos e troca de habilidades específicas entre eles.

Inclusive, os mesmos ciclos naturais por vezes são responsáveis pela construção folclórica dessas comunidades. A definição de cultura caiçara por DIGUES (2001, p.22) aborda os dois pontos que estão sendo evidenciados que são a coletividade entre os indivíduos e a intimidade com a natureza:

¹ (WILLEMS 1952, p. 108) - “It is clearly evident that Buzios Island does not correspond at all to the conventional picture of an independent, self-sustaining folk community. A considerable number of artifacts are not produced by local folk but purchased in town.”

“A cultura caiçara é aqui definida como um conjunto de valores, visões de mundo, práticas cognitivas e símbolos compartidos, que orientam os indivíduos em suas relações com a natureza e com os outros membros da sociedade e que se expressam também em produtos matérias (tipo de moradia, embarcação, instrumentos de trabalho) e não materiais (linguagem, música, dança e rituais religiosos).”

A ligação cultural entre a natureza e o folclore se estabelece quando as festas tradicionais são programadas no interstício de alguma atividade produtiva, no mar ou na roça. Sobre uma das festas tradicionais de caiçaras de Ilhabela, CALVENTE (1993, p. 76) aponta:

“A congada de São Benedito é realizada na primeira semana de lua cheia de maio, tendo sido encontrada a explicação de que, na lua cheia, a pesca artesanal fica dificultada e, como é um tempo de não trabalho no mar, é um tempo dedicado ao santo”.

CALVENTE (1993) ainda demonstrou como as características da natureza, de uma maneira cíclica, influenciam no cotidiano dos moradores construindo um calendário que relaciona a época do ano, às características naturais e consequentemente o comportamento social, desde o trabalho desempenhado por época até as festividades tradicionais da comunidade.

No calendário a seguir podemos observar elementos interessantes da comunidade caiçara apresentada. O primeiro ponto a ser destacada é o próprio formato do calendário, que ao invés de dispor os meses em linhas e coluna, são apresentados no formato de circunferência. Tal formato faz referência ao movimento cíclico que a natureza conduz, por exemplo, as estações climáticas, que são tão determinantes das práticas agrícolas. De acordo com o calendário, existem épocas específicas para o plantio e colheita dos principais itens agrícolas. A mandioca, por exemplo, é plantada nos meses de agosto, setembro e outubro, e colhida em fevereiro, março e abril.

Novamente também é possível notar a relação entre a pausa na pesca e a ocorrência das festividades. Os meses de junho e julho foram classificados como não propícios à pesca, entretanto, é exatamente nesses meses que aparecem os períodos de festividade tradicional da comunidade, que são as festas juninas e festas de padroeiros religiosos. Aqui vale ressaltar que as festividades de fim de ano como Natal e Ano Novo não são tão celebradas pelas comunidades, uma vez que atualmente nesse período é quando ocorre o maior fluxo de turistas na região,

sobretudo o calendário também abrange as atividades que são destinadas ao recebimento dos turistas.

Calendário vivencial do Curral

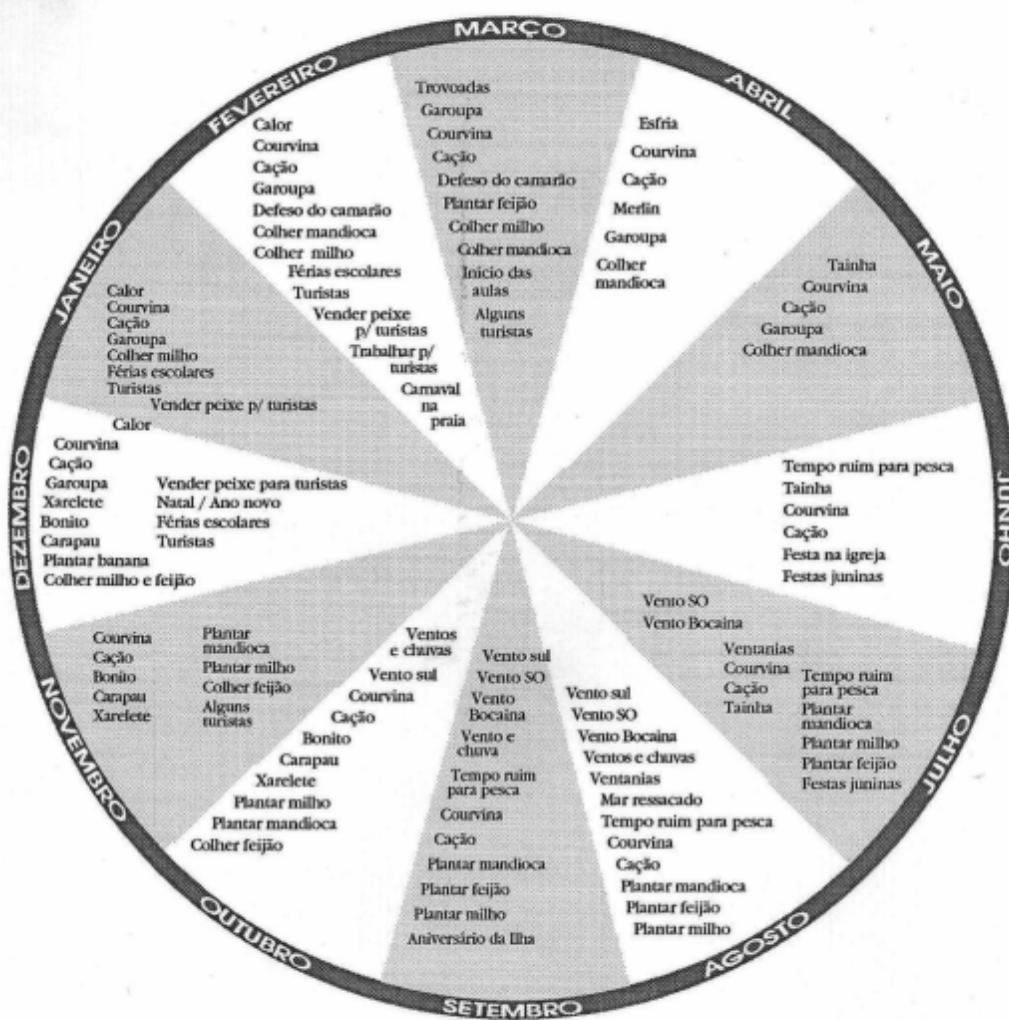


Ilustração 10 - Fonte: CALVENTE, 1993, p. 78

De acordo com o que foi exposto ao longo desse capítulo podemos perceber o quanto complexas são as relações que definem uma comunidade tradicional. Analisar as transformações no modo de vida caiçara não sugere que ele esteja se extinguindo, mas sim se readaptando. As referências desse trabalho apontam que a readaptação às situações adversas é uma das principais características desse povo,

e pensá-los como comunidades romanticamente isoladas não nos permite alcançar o grau da complexidade que as definem. De acordo com SUZUKI (2013, p. 631):

“Assim, as dimensões sociais em que se encontram as sociedades tradicionais se fundamentam em dois vértices importantes: o distanciamento e a aproximação. Distanciamento porque não possuem modos de vida iguais aos da sociedade urbano-industrial, já que vivem densamente a relação com a natureza, cujo tempo cíclico marca, em grande medida, a reprodução material e imaterial dos grupos; aproximação porque o mundo da sociedade urbano industrial se mantém como uma mediação significativa na vida dos moradores dos territórios tradicionais, pois influencia, cada vez mais, a maneira como os sujeitos se veem no mundo e veem o mundo, bem como se realizam como sujeitos, o que incorpora a definição de projetos, sonhos, anseios, receios.”

A aproximação e distanciamento podem ser nitidamente exemplificados pela adoção de barcos a motor influenciando decisivamente no modo como praticam a pesca. Alguns autores sugerem, inclusive, que o abandono de práticas agrícolas está associado a isso. Distanciamento por ainda serem pescadores artesanais, que possuem uma relação distinta com a troca de produtos e excedentes, por ainda terem uma restrição em relação a quantidade do pescado uma vez que em muitas dessas comunidades a necessidade do gelo inviabiliza o aumento da atividade. Entretanto, aproximação pelo fato de apesar de terem um certo distanciamento da sociedade urbano industrial, são capazes de serem consumidores de seus produtos, inclusive dos barcos motorizados. Relacionado a essa temática, ADAMS (2000) afirma:

“Em nossa visão, as populações caiçaras eram constituídas, no passado, primordialmente por lavradores-pescadores, com raras exceções em comunidades dependentes essencialmente da pesca. Após a introdução do cerco e do barco a motor, em meados do século XX, essas comunidades passaram a dedicar uma parte cada vez maior de seu tempo às atividades da pesca, em detrimento da lavoura.”

Toda proposta de definição pode ser mal interpretada se não ficarem claros os espaços às peculiaridades e singularidades que as diversas comunidades apresentam entre si. Outra questão importante de ser ressaltada é o que devemos levar em consideração para que apresentar o tradicionalismo de uma comunidade. De acordo com DIEGUES (2001, p.22), essas são as características permitem classificar as comunidades caiçaras como tradicionais:

“O fato de não utilizarem a escrita, de serem de sociedades onde o conhecimento é gerado e transmitido pela oralidade através de um

linguajar particular; conhecerem os ciclos naturais e dependerem deles para a sua sobrevivência; de viverem em pequenos aglomerados com atividades organizadas no interior de unidades familiares, em que as técnicas têm baixo impacto sobre a natureza[...]"

A tradição dos caiçaras não pode ser entendida como algo cristalizado ou popularmente ultrapassado, muito pelo contrário, neste caso a tradição está no repasse de conhecimentos de geração a geração e seria um equívoco fazer uma análise fixa e emoldurada, na verdade as tradições são dinâmicas. A oralidade aparece como a principal condutora dos conhecimentos dos mais velhos aos mais novos, e essa transmissão ocorre nos momentos e nos espaços das atividades cotidianas, tanto da pesca como da roça. Portanto o conhecimento é adquirido conforme o indivíduo vivencia as atividades que estão sendo executadas. Muitas vezes a tradição é afetada por novos fatores, como afirma RAMIRES (2013, p 237):

"No Bonete, a especulação imobiliária parece não ameaçar a pesca, porém muitos pescadores desenvolvem atividades voltadas a esta nova realidade, trabalhando como caseiros e direcionando a venda do pescado para os turistas que visitam as comunidades. Outra atividade desenvolvida por pescadores do Bonete é o transporte de barco até a comunidade, tanto de turistas como veranistas que possuem casas na comunidade."

A constante adaptação da cultura caiçara pode ser intensificada por elementos mais contemporâneos como a maior presença da atividade turística nas áreas das comunidades tradicionais. No próximo capítulo serão apresentadas as mudanças no estilo das embarcações, a nova concepção da propriedade imobiliária e a monetarização da economia. Esses são alguns dos temas que serão abordados como consequência do turismo.

3 – Desenvolvimento da atividade turística e mudança no modo de vida

3.1 Pesca e as Boneteiras (canoas tradicionais artesanais)

É diversamente recorrente nas referências bibliográficas deste trabalho a menção à fabricação das canoas tradicionais, de modo artesanal. Na comunidade do Bonete, exemplificando seu modo de vida caiçara, também existe a tradição de retirar uma árvore da mata, alguma árvore com madeira de lei, e transformá-la em uma canoa por método totalmente artesanal. Nas palavras do senhor Eugênio, 73 (nativo da comunidade e atualmente proprietário do Camping da Vargem, entrevistado em 28 de maio de 2016):

“Meu pai fez muita canoa. As vezes de manhã cedo meu pai pegava o machado, o enxó e ia pro mato e ficava lá o dia todo. Mas levava tempo pra fazer canoa. Tinha que levava mais de ano. Lá em cima ele fazia o modelo, o acabamento fazia aqui. Aí, pra você puxa uma canoa grande dessa, que você vê ali na praia, precisa de bastante gente. Se for com 20 pessoas, não traz não, precisa de 30, 40 homem pra puxa. E a distância é longe, bem lá pra cima. Ela vem com toda grossura de madeira, aqui é que eles limpam ela. Mas lá, o corte pra trazer, ela fica bem grosseira, porque no trazer ela pra baixo, se fizer fina demais e ela bate numa pedra ou numa outra árvore ela lasca. Trazia puxando, pega um cipó grossão assim, amarra na ponta e o pessoal pega um aqui, outro ali e vinha arrastando.”

É uma tradição os homens se reunirem e irem ao mato para trazer a árvore para a vila. São embarcações extremamente modeladas às necessidades em relação ao estilo de navegação que enfrentam. São canoas muito resistentes e inicialmente elaboradas para serem a remo. Hoje em dia, as transformações e adequações substituíram os remos por motores à combustão. Ainda assim reservam toda a qualidade do serviço do artesão que a fabrica. Desde os cortes na madeira até as pinturas, são de autoria do mesmo artesão, que apresenta exímia habilidade nessa tarefa.

Nas palavras de Réu, 39 (pescador da comunidade entrevistado em 28 de maio de 2016):

“Utilizavam várias espécies de árvore, ingá, angelim, jequitibá. Esse daí é um tronco só. Você vê uma árvore assim, de gancho, aí você levanta a frente e a traseira dela. Tem que escolher a árvore certa,

não vai derrubar, meter o enxó em qualquer uma. Precisa de trinta e cinco, quarenta homem para trazer ela. ”

Nas entrevistas pude perceber o carinho que eles tinham com essas canoas tradicionais e o significado delas para os seus proprietários. O senhor Eugênio comentou a experiência de possuir uma delas:

“Eu tinha uma canoa e inclusive não mandei fazer, eu comprei. Eu comprei de um rapaz que fez ela. A canoa que eu comprei já tem trinta anos. Hoje ela tá lá em Castelhanos. Se um dia você for lá em Castelhanos e ver uma canoa com o nome Esperança, era minha. Eu vendi para um rapaz lá de São Sebastião, e esse rapaz vendeu pra um outro rapaz de Castelhanos, e a canoa tá lá.”

Infelizmente a proibição de retirar árvores da floresta dentro do limite do Parque Estadual acarretou na quase extinção dessa tradição. Apesar do pescador Réu ter mencionado que raríssimas vezes o fazem às escondidas. É muito comum ver nativos utilizando embarcações industriais que foram compradas posteriormente à proibição.



*Ilustração 11 - Cais na desembocadura do Rio Nema, praia do Bonete, outubro de 2015.
Autor: Danilo B Tanaka*

Na foto anterior, podemos perceber a presença dos dois estilos de embarcação: na direita as tradicionais e na esquerda as industriais. Ainda que sejam de origem completamente distinta, compartilham do mesmo espaço e das mesmas atividades. Em alguns casos, são de moradores nativos da própria comunidade com um poder de compra suficiente para uma embarcação desse estilo. Ainda nas palavras do senhor Eugênio, sobre a fabricação de canoas artesanais:

“Agora deram um tempo, porque agora é só lanchinha, né?! Agora a turma com dinheiro no bolso manda trazer de São Paulo. E também não pode tá cortando árvore mais. No tempo do meu pai não tinha essa proibição de cortar árvore.”

A fabricação das canoas industriais é padrão, não foram elaboradas direcionadas as necessidades dos caiçaras, entretanto, são mais adaptadas à nova atividade econômica, o turismo. Muitos dos antigos pescadores já não pescam, ou conciliam a pesca com outras atividades, como o transporte de turistas. Aqueles que querem conhecer a praia, mas não querem percorrer os quatorze quilômetros da trilha a pé, contratam o transporte via barco. Em geral, cobram cinquenta reais para levar o turista desde a ponta do Sepituba até a Foz do Rio Nema, na praia do Bonete. RAMIRES, (2013, p. 237):

“Outra atividade desenvolvida por pescadores do Bonete é o transporte de barco até a comunidade, tanto de turistas como veranistas que possuem casas na comunidade. Estas outras atividades econômicas podem ser atualmente entendidas como atividades complementares que dividem o tempo de trabalho destas populações com a pesca artesanal.”

. A razão pela qual o barco industrial é mais eficiente nessa atividade é que os turistas, na maioria, preferem o barco mais “confortável”, com cobertura para proteger do sol e da chuva, mais veloz e aparentemente mais novo. Sobre as canoas de voga, SCHMIDT (p. 156, 1948) afirma:

“Estas valentes embarcações foram, no passado, a mais frequente, e talvez, a principal condução entre os portos do litoral. São construídas de um tronco só escavado no meio, a enxó e machado. Antigamente existiam algumas de dimensões avantajadas. Regulavam de 60 a 100 palmos de comprido (mais de 20 metros), por 8 a 10 de boca (até 2,20 metros de largura). Alguns exemplares, remanescentes desses gigantes de sua classe, ainda podem ser encontradas no litoral[...].”

Na foto a seguir podemos ver na foz do Rio Nema as duas embarcações ancoradas. A pequena lancha, à direita, representa os interesses de conforto dos turistas, com cobertura e bancos acolchoados, e a canoa tradicional à esquerda, com seu estilo rústico.



*Ilustração 12 - Cais na desembocadura do Rio Nema, praia do Bonete, outubro de 2015.
Autor: Danilo B Tanaka*

Ainda que seja comum encontrarmos muitos nativos realizando o trabalho de transporte de turistas, a pesca é uma importante atividade que ainda é bastante praticada na comunidade do Bonete. Os pescadores possuem um conhecimento vasto no comportamento da fauna marinha, desde a época do ciclo de reprodução, os locais onde se pescam determinadas espécies e a própria qualidade da água e das marés. O pescador Elias Júnior, 29, relatou um pouco de suas experiências em entrevista realizada em 28 de maio de 2016:

“Mês retrasado a gente pescou sete toneladas de peixe. Tá dando peixe aqui. Agora que a água tá escura, tamo pescando até de dia, porque aí eles não conseguem ver a rede né?! Faz quinze dias que a tainha saiu lá do sul, ela procria lá na Lagoa dos Patos e sai depois

aqui pra cima [...] Esse tipo de pescar aqui ó, ele fica que nem um coador de café na água, ele bate no fundo e fica assim. Aqui fica amarrado assim, amarra a rede aqui e aqui tem uma boca. Esse aqui é amarrado no olho de taquara, tipo um colar, fica assim reto, pro fundo. Aí o peixe vem, bate na rede e entra nesse furo. A gente pega o que tem que pegar e os pequenos a gente solta, as espécies ameaçadas a gente solta, e mantém tudo eles vivo. É o mais liberado que tem na pesca, é o jeito que menos agride, porque ele mantém os peixes vivos. A gente pegou um Mero desse tamanho assim, devia ter uns duzentos quilos, mas tá proibido pescar esse peixe, a gente soltou ele. ”

Todo o repertório de conhecimento dos pescadores artesanais provém de sua vasta experiência nessa atividade, que por sua vez exige do indivíduo uma capacidade de análise que percorre por diferentes fatores da natureza. De acordo com CUNHA (p. 107, 2004):

“Não obstante já revele desarticulação de práticas e formas de saber vividas no passado, a pesca artesanal requer todo um arsenal acumulado sobre o espaço marítimo, construído pelo saber, experiência e intuição. Nesse processo, é possível verificar na cultura tradicional dos pescadores artesanais uma noção tridimensional do espaço, que abrange seus distintos domínios de vida – mar, terra e céu – dotados de significado.”



Ilustração 13 - Pescadores remendando a rede, praia do Bonete, maio de 2016. Autor: Danilo B Tanaka

Na entrevista com Elias surgiram vários elementos interessantes para serem observados, principalmente em relação ao tipo de pesca que realizam. Ficou claro que o modo de pesca artesanal possui uma preocupação em respeitar as espécies que estão ameaçadas ou que estão no ciclo de reprodução. A entrevista aconteceu enquanto Elias estava remedando o cerco, e ao seu lado estava Lucas de 12 anos, como podemos ver na foto anterior. O garoto auxiliava, observava e aprendia através da fala de Elias, traço marcante da cultura caiçara, na qual o principal método de disseminação do conhecimento é através da oralidade, onde os mais novos aprendem com os mais experientes através da observação e vivência do cotidiano. Para DIEGUES (p. 22, 2001):

“A cultura caiçara é entendida como um conjunto de valores, de visões de mundo e simbologias, de tecnologias patrimoniais, de relações sociais marcadas pela reciprocidade, de saberes associados ao tempo da natureza[...] Essa tradição herdada dos antepassados, é constantemente reatualizada e transmitida às novas gerações pela oralidade.”

Sendo a pesca ainda uma atividade bastante consolidada no Bonete, é possível encontrar alguns barcos ancorados na Foz do Rio Nema pelo período da manhã, quando os pescadores estão voltando do mar. Trazem muitos peixes em suas canoas e o excedente do consumo da comunidade é enviado para o restante da ilha e para São Sebastião. Em uma primeira impressão, nos parece que com a pesca, o modo de vida tradicional pode se manter em vigor, entretanto se analisarmos com um pouco mais de profundidade, perceberemos que apesar da atividade ainda ser de conhecimento local, passado dos mais experientes aos mais jovens, é recorrente a transformação do modo de vida. E os exemplos surgiram no relato do próprio pescador Réu:

“Antigamente dava mais peixe, não sei se tinha menas gente pra pescar, mas dava mais peixe. E tem esses barco grande hoje em dia, Itajaí lá no Sul, eles pescam muito peixe [...] Hoje os cara não quer saber de pescar. Trabalha de caseiro em casa de turista, faz o transporte de barco ou vai trabalha nas pousada e nos restaurantes”.

A diminuição da importância da pesca como principal atividade da comunidade tem vários motivos. Um deles está relacionado à própria diminuição da quantidade de pescado, no relato dos pescadores as grandes embarcações que atuam no Sul do Brasil diminuíram as populações da fauna marinha local, pescando boa parte das espécies que circulariam pelo litoral da região. Além disso, outro fator que pode ter diminuído a quantidade de pescado foi a intensa circulação de barcos de grande porte pelo canal de São Sebastião, onde existe um pólo da PETROBRAS.

O aumento de pessoas empregadas com atividades destinadas ao turismo pode ser fruto do enfraquecimento do modo de vida tradicional. A partir do momento que as comunidades tradicionais passaram a ter uma economia pautada nas trocas monetárias, ocorreu a inserção, ou talvez intensificação, da noção de valor de uso e valor de troca. Com isso, alguns gestos que são típicos da cultura tradicional, como a troca de mercadorias, não são mais comuns. Pelo contrário, atualmente a maior parte da alimentação da comunidade do Bonete é comprada no comércio do núcleo urbano, de acordo com SILVA (p. 62, 2006):

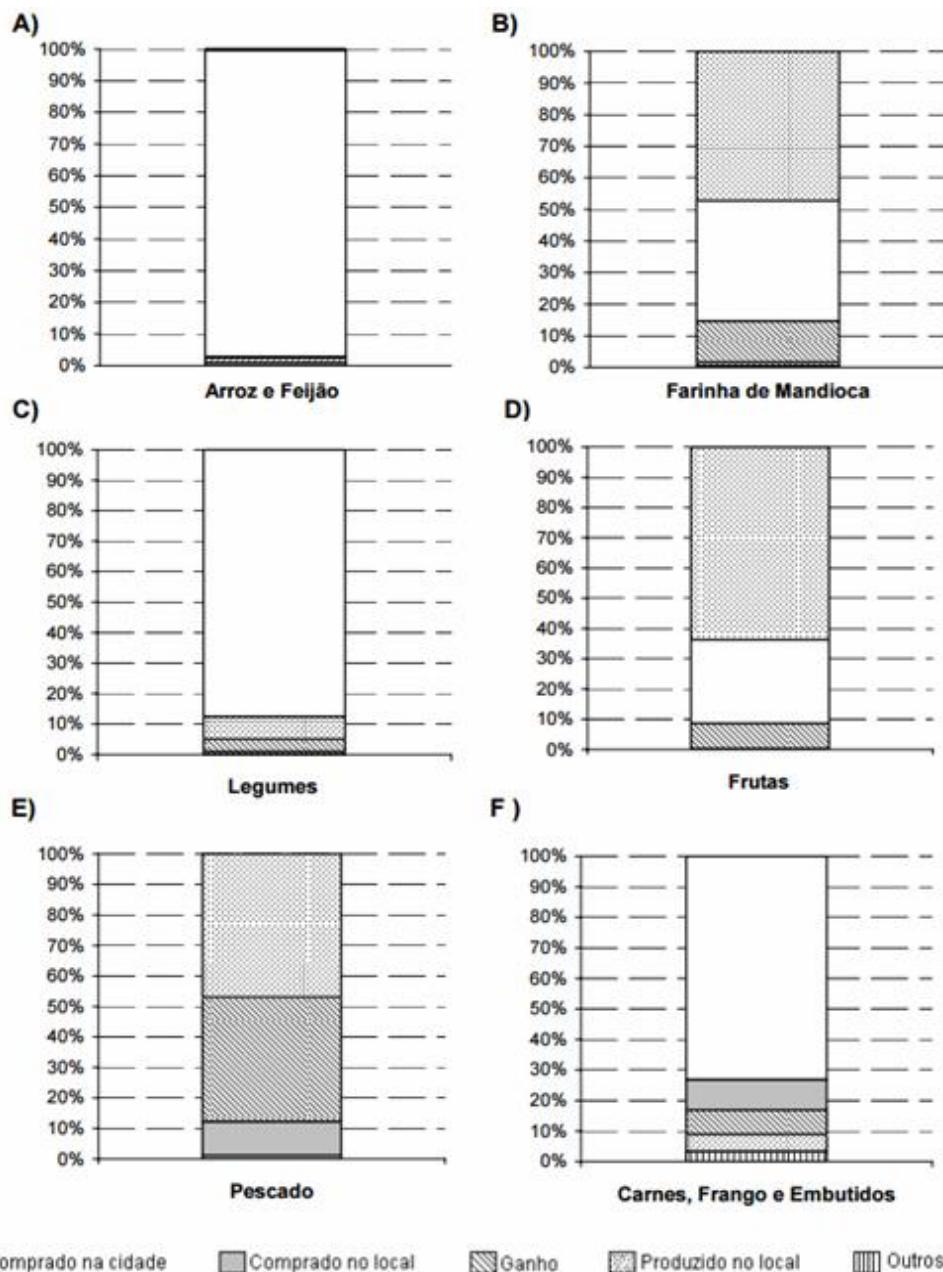
“Na comunidade do Bonete, a maior parte dos itens alimentares consumidos foi adquirida através da compra (86%). A produção local ou pesca (8%), as doações (5%) e a cesta básica (1%) têm importância secundária na composição da dieta.”

A economia monetarizada do modelo capitalista urbano industrial adentrou no território caiçara, e os indivíduos não trocam suas produções, pois já não as possuem. Trabalhar com o turismo sob esse ponto de vista parece ser muito mais vantajoso, pois a remuneração é realizada em espécie e no ato da prestação do serviço. Uma vez que os indivíduos se veem reféns de uma economia monetarizada, a melhor solução seria trabalhar com algo que fosse de grande circulação financeira, o turismo. Aqui está posta uma das maiores ironias desse quadro: os caiçaras já não podem mais ter roça, pois ela ocupa uma área de vegetação do Parque Estadual, mas a própria criação da reserva foi para impedir que o turismo devastasse a floresta, sem levar em consideração que há uma população tradicional dependente desse espaço. É como se fosse proibido interferir na floresta, mas permitido interferir no modo de vida de uma comunidade tradicional, sem compreender o equilíbrio que já existia anteriormente. Equilíbrio que já se demonstra enfraquecido por outros fatores, como a relação de propriedade com o espaço.

De acordo com DIEGUES (p. 33, 2004):

"Hoje se pode dizer que, com o abandono quase completo da agricultura na maioria das áreas caiçaras, a pesca é a sua principal atividade econômica, à qual se juntam o turismo, os serviços e o artesanato. Essa preponderância da pesca hoje é um elemento fundamental para explicar mudanças profundas no modo de ser caiçara, uma vez que essa atividade representa uma dependência crucial em relação à economia urbana de mercado."

No quadro elaborado por SILVA (p. 64, 2006) podemos observar que o pescado na comunidade do Bonete é representativo e praticamente todo de origem artesanal. Entretanto é possível notar o aumento de alimentos comprados em núcleos urbanos na dieta da população. Alimentos que eram produzidos ou trocados com os outros integrantes da comunidade.



Freqüência das origens dos itens alimentares de 1126 refeições de 20 famílias da comunidade do Bonete. Dados em porcentagem.

Ilustração 14 - Fonte: Silva, 2006. P. 64

Nos gráficos acima podemos observar que a farinha de mandioca, legumes, frutas, arroz e feijão que anteriormente eram de produção praticamente 100% local, atualmente apresentam uma grande porcentagem de compra nos centros urbanos, evidenciando o abandono de muitas práticas agrícolas. Ao mesmo tempo, podemos

observar a diminuição da quantidade de doação em comparação às compras, que também evidenciam o abandono de uma prática típica das comunidades tradicionais.

3.2 As propriedades e a roça

O consumo de pescado e da farinha de mandioca eram os elementos centrais da dieta do caiçara (MARCÍLIO, 1986). Atualmente, percebe-se um aumento de outros alimentos como o arroz, legumes e verduras além de outros produtos industrializados como macarrão, refrigerante, suco artificial e bolachas. A tese de mestrado de Maíra Batistoni e SILVA (2006) faz uma análise sobre os hábitos alimentares na comunidade do Bonete, e os resultados evidenciam que 97% do arroz e feijão e 88% dos legumes é comprado no comércio urbano. E esse arroz representa 22% do consumo calórico, portanto o principal alimento em porcentagem na dieta da comunidade. Ainda de acordo com esse estudo, 38% da farinha de mandioca consumida pela comunidade é comprada no comércio e 47% produzida localmente, um número baixo se relembrarmos que a mandioca era o elemento básico da alimentação caiçara.

Origem dos itens alimentares consumidos na comunidade do Bonete nos meses de junho/2003, fevereiro, março, julho e outubro/2004. Valores em porcentagem. n = Número de itens alimentares.

Origem	Total (n = 8866)
Compra	86
Produção local ou pesca	8
Doações	5
Cesta básica	1

Ilustração 15 - Fonte: Silva, 2006. P. 62

Na tabela acima, produzida por SILVA (p. 62, 2006), a principal justificativa para a mudança no padrão alimentar, e consequentemente de consumo, se dá pelo fato do caiçara da comunidade do Bonete ser impedido de cultivar o seu próprio alimento. A criação do Parque Estadual de Ilhabela se tornou uma barreira ao modo de vida tradicional, pois os locais onde os moradores do Bonete possuíam suas roças eram mais distantes da praia, próximos ou nos pés das encostas, áreas que hoje compõem o território do Parque Estadual. Uma vez que se viram impedidos de

cultivar o próprio alimento, passaram a comprá-los no comércio urbano, já aumentando a dependência em relação à cidade e também aumentando o fluxo financeiro e de pessoas. Ainda que as comunidades caiçaras não fossem isoladas em sua origem, dependiam da cidade para fins específicos, principalmente associados a materiais ou tecnologias que lhes eram indisponíveis. Atualmente, a dependência está estabelecida em relação à alimentação, o que soa muito estranho se relembrarmos que uma das características das comunidades tradicionais é a produção de praticamente todo o alimento que é consumido nela. ADAMS (2000):

“O sertão era espaço do trabalho, onde se encontravam as roças, os bananais e a floresta, de onde se retirava lenha, ervas medicinais e onde se caçava. Em muitas comunidades podiam ser vistos ranchos construídos na praia que serviam de habitação temporária durante a época da pesca de algumas espécies, como a tainha.”

Analizando a foto a seguir, podemos observar que as cotas mais baixas das encostas no fundo da comunidade apresentam cor verde mais clara, indicando que ali é um local de desmatamento sem reconstituição da vegetação nativa. De acordo com o relato dos moradores, nessas regiões de manchas claras é onde se localizavam as roças onde os moradores cultivavam variados itens agrícolas.



Ilustração 16 - Comunidade do Bonete vista de um mirante na trilha, maio de 2016. Autor: Danilo B Tanaka

O sr. Eugênio comentou sobre a época em que cultivavam roça:

"Nós tinha roça. Lá pra cima, mais pra perto do morro. Plantava mandioca, feijão, milho, batata doce, banana, vish... um monte de coisa. Quase que não tinha que compra nada de fora, só comprava óleo, querosene, essas coisas. Mas com a proibição de mexer nas árvores do parque não dá mais né, num pode nem limpa pra começo o cultivo. Se pegarem alguém mexendo lá pra cima não voltam nem pra casa, levam embora direto."

Uma vez que estão praticamente impedidos de cultivar os alimentos, são obrigados a consumir do núcleo urbano, o que leva a um consumo maior de alimentos industrializados. Entretanto, isso pode ajudar a compreender porque a pesca ainda é uma atividade de grande importância para a comunidade, já que não podiam plantar, canalizaram suas energias na pesca. E além dela, com o aumento do número de visitantes, a comunidade passou a oferecer serviços destinados aos turistas.

O aumento do fluxo de turistas levou a uma transformação espacial severa na comunidade. Muitas das casas que estavam localizadas na beira da praia foram vendidas e se tornaram casa de veraneio de pessoas de fora, além disso, outras foram transformadas em pousadas ou restaurantes, como podemos observar nas fotos abaixo.



Ilustração 17 - Estabelecimentos a beira praia na comunidade do Bonete, maio de 2016.
Autor: Danilo B Tanaka

Os moradores de segunda residência implementaram uma lógica espacial até então desconhecida pelos moradores da comunidade, a lógica da reprodução capitalista na qual o espaço se torna mercadoria. Como consequência disso, os espaços da comunidade do Bonete passaram a ser demarcados e comercializados, e a foto abaixo exemplifica bem essa mudança de padrões.



Ilustração 18 - Comunidade do Bonete, maio de 2016. Autor: Danilo B Tanaka

Anteriormente, o caiçara realizava pouquíssimas trocas monetárias, atualmente, estão comercializando espaços que pouco tempo atrás, nem sequer eram demarcados como terrenos. Até então, a única intenção de propriedade em relação ao espaço se materializava na casa, o que não inclui por exemplo, o espaço para a roça, que era considerado um espaço de uso coletivo, todavia o que era produzido nele pertencia a quem cultivava. A noção de que o espaço poderia ser uma mercadoria e que se pode gerar lucro a partir dele não é uma ideia que povoava o imaginário do cidadão caiçara da comunidade do Bonete há mais de quarenta anos. A lógica das comunidades caiçaras foi representada por CALVENTE, MARTINEZ, MALDONADO E FUSCALDO (p. 270, 2004):

“Antes, com as plantações e a pesca, a oferta de alimentos era maior do que a que se pode comprar atualmente, com as atividades assalariadas. A terra não tinha valor em si, era terra de trabalho, pois eram as plantações que tinham donos e não a terra, que era de Deus.”

A desarticulação do modo de vida tradicional parece ter uma série de embasamentos diferentes, entretanto frequentemente permeiam pelo turismo e especulação imobiliária. O enfraquecimento da agricultura e consequentemente o fortalecimento da economia monetarizada levaram a uma série de transformações que são típicas de quando uma comunidade tradicional sofre uma alteração no seu modo de vida. O que se evidencia nas referências desse trabalho é que um desses reflexos é a migração, e ao mesmo tempo que representa uma reflexo da desarticulação pode ser considerada uma constante para os caiçaras, uma vez que se analisarmos a definição dessas populações frequentemente é citado que o caiçara, desde sua origem, foi um modo de vida fruto da necessidade de se readaptar às transformações socioeconômicas as quais são submetidos. De acordo com DIEGUES (p. 35, 2004):

“A migração tem sido um processo socioeconômico pelo qual os caiçaras têm reagido às dificuldades de sobrevivência e está incorporada ao modo de vida caiçara. A migração constante, apesar da variação das causas, dos momentos históricos, é um padrão cultural comum aos caiçaras. O nomadismo e a migração são elementos formadores dessa cultura cabocla, e o trabalho temporário dos jovens, seja nos bananais ou na pesca embarcada, foram momentos de incorporação de novos padrões culturais de outras regiões.”

O senhor Eugênio, atualmente aposentado e proprietário do Camping da Vargem relatou sobre o passado quando teve que sair da comunidade e trabalhar na pesca embarcada:

“o barco que eu trabalhei não era muito grande não, era pequeno. Nós ia até Itajaí, rodava por Iguape, Cananéia, rodava tudo. Aqui Ubatuba, Ilha Anchieta. Quando a pescaria tava boa, era sete ou oito dias. Já quando estava ruim era doze, treze dias embarcado. Quando vim embora de Santos não quis mais saber da pesca, eu machuquei a coluna e hoje eu tenho um problema grave. Tinha que fazer muita força.”

O trecho da entrevista com o senhor Eugênio serve para ilustrar um traço comum das comunidades caiçaras que é a migração, que podem ocorrer de acordo com a necessidade ou possibilidade. No caso do senhor Eugênio, ele possuía uma tia que morava em Santos e que lhe disse sobre a possibilidade de trabalhar embarcado. Muitos dos moradores possuem contatos com entes familiares que já migraram anteriormente, facilitando o processo.

Quando retornou à comunidade do Bonete, o senhor Eugênio fez pequenas melhorias em seu imóvel com a renda acumulada. Posteriormente, observando o aumento da quantidade de turistas que apareciam acampados pela praia, decidiu criar o Camping da Vargem, segundo ele o pionero da comunidade. Mais uma vez no discurso desse senhor aparecem consequências que são típicas dos processos migratórios, uma vez que quando saiu da comunidade para trabalhar com a pesca embarcada, entrou em contato com outras realidades e uma forma de reprodução financeira baseada nos processos acumulativos do capitalismo urbano industrial. Esses valores podem ter influenciado na decisão de utilizar um espaço que antes compunha o quintal de sua residência como camping. Para isso foram construídos banheiros com chuveiros e uma pequena cozinha aberta.

Portanto pode-se perceber que a influência do turismo e todos os valores atrelados a ele, causam um efeito de mudança nas concepções de propriedade da comunidade. De acordo com SUZUKI (2013, P. 630), as comunidades: “Elas estão, sim, cada vez mais, mediadas pelo mundo urbano e da mercadoria, por influências que chegam aos seus moradores por rádio, televisão, internet, escola, igreja, dentre vários outros meios”. No Bonete, essas influências se materializam primeiro pelas instalações de casas de veraneio em posições que agora são privilegiadas por sua vista ou proximidade à praia. Segundo pela desapropriação das áreas de roça com a criação do Parque Estadual, e finalmente por estimular o fluxo de turistas e até mesmo dos próprios moradores que saem em busca de novas oportunidades, trazendo consigo no retorno valores que não são típicos daquela comunidade.

3.3 Croqui dos equipamentos turísticos

O croqui a seguir foi elaborado a partir dos dados coletados nos trabalhos de campo. Nele foram destacados os equipamentos turísticos encontrados na comunidade do Bonete, evidenciando o impacto do turismo nela.

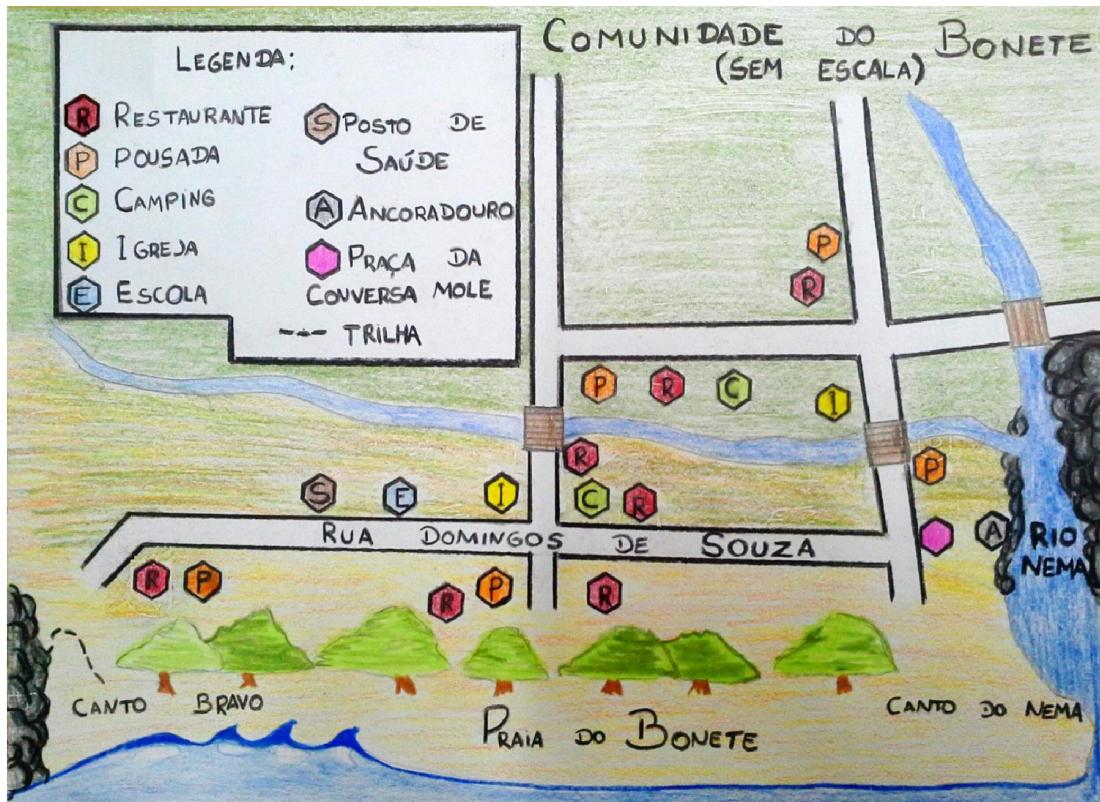


Ilustração 19 - Croqui elaborado a partir dos dados coletados nos trabalhos de campo.

No croqui foram destacados os equipamentos turísticos e através dele podemos fazer uma análise de como o atendimento aos turistas se tornou uma importante atividade econômica para os moradores da comunidade. A comparação entre a quantidade de famílias (aproximadamente setenta) e os quatorze estabelecimentos comerciais destinados aos turistas demonstra a importância dessa atividade. Os equipamentos turísticos encontrados foram restaurantes, pousadas e campings.

Entre eles, a maior quantidade foi a de restaurantes (sete), seguidos pelas pousadas (cinco) e campings (dois). A maior quantidade de restaurantes pode estar associada ao tipo de turismo que é praticado no local, que é o passeio diário, no

qual o turista não fica hospedado, apenas passa o dia conhecendo um pouco da comunidade e desfrutando da praia. Geralmente esse turista utiliza o transporte de barco realizado pelos próprios moradores da comunidade, sendo buscado e levado à Ponta do Sepituba, na qual também se encontra o início da trilha dentro do Parque Estadual que leva à comunidade. Os outros sete estabelecimentos são destinados aos turistas que desejam se hospedar na comunidade, e que também acabam utilizando os restaurantes para realizar suas refeições.

Em geral, a localização dos estabelecimentos está concentrada na beira da praia e nas proximidades da Rua Domingos de Souza, que também fica próxima à praia. A posição desses estabelecimentos remete ao melhor acesso e à paisagem a ser desfrutada pelos turistas. Como já citado nos capítulos anteriores, os estabelecimentos exercem uma especulação imobiliária na qual a localização próxima à praia torna-se mais valorizada, incentivando os moradores dessa área a negociarem seus terrenos. Além da questão imobiliária, o aumento do número de estabelecimentos resulta em uma maior circulação de dinheiro na comunidade, influenciando na, também já citada, monetarização da economia que pode intensificar as trocas comerciais e a dependência de uma economia de mercado, aumentando inclusive a utilização e necessidade de produtos industrializados.

Considerações Finais

A atividade turística vem se constituindo como uma importante fonte de reprodução do capital. A ocupação dessa atividade ocorre principalmente em áreas que apresentam características naturais e culturais com capacidade de atrair indivíduos interessados em conhecê-las. O litoral norte do estado de São Paulo se constitui como um local muito propício à ocupação do turismo devido a suas belas paisagens naturais, como praias, encostas cobertas por Mata Atlântica, ilhas e tantos outros atrativos.

Coincidemente, essa região do Estado é área de ocupação de comunidades tradicionais caiçaras. Elas são frutos da mescla das várias etnias que viveram por essa região, e mais ainda, são frutos de um processo de desarticulação econômica que durante algum tempo lhes conferiram uma situação na qual se reproduziam socialmente, principalmente através da pesca, mas também do cultivo agrícola. Possuíam um contato com a sociedade urbano industrial, principalmente na troca de excedentes e consumo de bens industrializados dos quais dependiam, entretanto, esse contato ocorria de acordo com as necessidades das populações caiçaras e não o contrário, lhes conferindo certa independência e distanciamento.

A partir do momento em que ocorreram melhorias de deslocamento entre o planalto e o litoral, muitos habitantes da metrópole passaram a desbravar áreas que até então eram pouco conhecidas, os belos cenários do litoral norte paulista. Esse foi o momento determinante para as transformações anunciadas nesse trabalho, que teve por objetivo analisar os impactos do turismo em uma comunidade tradicional caiçara, o Bonete, localizada em Ilhabela.

A gênese do trabalho foi concebida através de análises do comportamento urbano de Ilhabela, que, desde registros da década de 50, apresenta um forte crescimento da atividade turística. Além disso, também foi analisado como aquela região representa um território típico dos caiçaras, que através das referências bibliográficas se constituem como um povo residente no litoral do Rio de Janeiro até o Paraná, fruto da miscigenação de negros, indígenas e europeus. Reproduzem-se socialmente através da pesca e agricultura de subsistência na qual trocam-se os excedentes da produção de núcleo familiar, evidenciando o cooperativismo existente entre si e o contato íntimo com os ciclos da natureza.

A situação problema desse trabalho se estabelece no conflito de interesses existente entre as duas partes quando ocorre uma aproximação entre elas através do turismo. A reprodução social caiçara não levava em consideração que a mata poderia constituir uma reserva florestal que deve ser mantida em preservação. Tampouco levava em consideração que a terra poderia constituir-se numa propriedade privada na qual sua comercialização apresentava um elevado valor de troca. Em contrapartida, a criação do Parque Estadual não levou em consideração que nele existiam populações tradicionais que durante décadas utilizaram seus recursos de uma maneira equilibrada. Tampouco os veranistas levaram em consideração as drásticas transformações espaciais que a especulação imobiliária poderia gerar nessa comunidade.

Em meio a todas essas questões levantadas, alguns pontos chamaram a atenção e mereceram destaque nesse trabalho. O primeiro deles é o fato da pesca ainda ser uma atividade importante dentro da comunidade do Bonete. De acordo com as referências bibliográficas isso pode ser explicado devido ao impedimento da produção agrícola, que direcionou a maior força produtiva para as atividades pesqueiras. Ainda que as embarcações não sejam todas do modelo tradicional e terem absorvido técnicas que não são originárias, ainda assim existe o fator tradicional envolvido, apesar da utilização de barcos a motor terem contribuído também para o aumento da atividade. De acordo com as referências, o tradicional não deve ser entendido como algo original ou cristalizado, mas algo que representa um saber local e compartilhado através das gerações. Os conhecimentos sobre o ciclo das espécies, sobre o movimento das marés e condições atmosféricas conferem aos pescadores da comunidade do Bonete uma caracterização tradicional, na qual ainda pode-se observar os mais velhos repassando os conhecimentos aos mais novos através da oralidade.

A segunda questão a ser levantada é o rigor com o qual se aplica o conceito de tradicional aos caiçaras. Uma análise com pouco rigor pode sugerir uma configuração maniqueísta incapaz de colocar o caiçara como agente transformador. Ao relembrarmos a gênese da formação dos povos caiçaras constataremos que são frutos da desarticulação das áreas litorâneas no processo de transição das atividades agrícolas em direção ao interior do estado. Portanto a sua formação já é fruto de uma desestabilização e toda a sua história apresenta características de

readaptação desses povos perante conflitos de ordens diferentes que foram surgindo com o passar do tempo. Esse trabalho não teve por objetivo analisar o caiçara como um modo de vida que no passado era isolado e agora recebe diversas influências, mas como um modo de vida que ao longo de sua história encontrou uma série de dificuldades, e que apesar delas, encontraram certo equilíbrio entre reprodução social e utilização de recursos, principalmente na primeira metade do século XX. O objetivo principal foi demonstrar como o turismo foi determinante para que esse equilíbrio se rompesse, apresentando os atuais dilemas da comunidade do Bonete. Esses dilemas são exemplificados pela nova concepção da propriedade privada, o abandono da roça e a monetarização da economia.

Referências

- ADAMS, Cristina. *As roças e o manejo da Mata Atlântica pelos Caiçaras: Uma revisão*. São Paulo: Interciência, maio/junho 2000, v. 25, n. 3, p.143-150.
- BARRETO, Margarita. *Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo*. 13. ed. Campinas: Papirus, 2003.
- BEGOSSI, Alpina; CLAUZET, Mariana; RAMIRES, Milena; ROTUNDO, Matheus Marcos. *A pesca e os pescadores artesanais de Ilhabela (SP), Brasil*. Disponível em:<ftp://ftp.sp.gov.br/ftppesca/38_3_231-246.pdf>
- CALVENTE, Maria del Carmen M. H. *Ilhabela - Turismo e Território*. Londrina: Geografia, jan./jun. 1999, p.29-36.
- CALVENTE, Maria Del C. M. H. No *Território do Azul Marinho*. 1992. Dissertação (Mestrado). Departamento de Geografia FFLCH-USP, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1992.
- CALVENTE, MATINEZ, MALDONADO E FUSCALDO. *Caiçaras, Mestres, Professores e Turistas: A resistência da territorialidade em um processo de transformação do território*. In: DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). *Enciclopédia Caiçara Volume I: O olhar do pesquisador*. São Paulo: Hucitec/Nupaub-USP, 2004. p. 263-273.
- CUNHA, Lucia Helena de Oliveira. *Saberes patrimoniais pesqueiros*. In: DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). *Enciclopédia Caiçara Volume I: O olhar do pesquisador*. São Paulo: Hucitec/Nupaub-USP, 2004. p. 105-115.
- DIEGUES, Antonio Carlos. *A mudança como modelo cultural: O caso da cultura caiçara e a urbanização*. In: DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). *Enciclopédia Caiçara Volume I: O olhar do pesquisador*. São Paulo: Hucitec/Nupaub-USP, 2004. p. 21-48.
- DIEGUES, Antonio Carlos. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. 6. ed. São Paulo: Hucitec.
- FRANÇA, Ary. A Ilha de São Sebastião. 1954. Tese (Doutorado). Departamento de Geografia FFLCH-USP, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1954.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *Caiçara, Terra e População: Estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba*. São Paulo: Edusp, 2006.
- MERLO, M. *Faces e Vozes de Ilhabela*. In: DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). *Enciclopédia Caiçara Volume I: O olhar do pesquisador*. São Paulo: Hucitec/Nupaub-USP, 2004, v.1.

- MIRANDA, Melissa de. *Bonete e Castelhanos em Ilhabela*. Disponível em: <<http://viaje aqui.abril.com.br/materias/bonete-e-castelhanos-em-ilhabela#15>>
- PREFEITURA Municipal de Ilhabela. Disponível em: <www.ilhabela.sp.gov.br>
- RANGEL, Kátia de Souza. *De bairro rural a território quilombola: Um estudo da comunidade do Mandira*. 2011. 227f. Dissertação (Mestrado). Departamento de Geografia FFLCH-USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 9414, de 20 de janeiro de 1977. Criação do Parque Estadual de Ilhabela. São Paulo.
- SÃO PAULO (ESTADO). Lei Complementar nº 1.166, de 9 de janeiro de 2012. Criação da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. São Paulo.
- SCHMIDT, Carlos Borges. *Alguns aspectos da pesca no litoral paulista*. In: DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). *Enciclopédia Caiçara Volume IV: História e memória caiçara*. São Paulo: Hucitec/Nupaub-USP, 2005. p. 149-160.
- SILVA, Maíra Batistoni e. *Consumo Alimentar na Comunidade Caiçara do Bonete, Ilhabela, São Paulo*. 2006. 122 f. Tese de Doutorado. Curso de Biologia, Ecologia, Unicamp, Campinas, 2006.
- SUZUKI, Júlio César. Território, modo de vida e patrimônio cultural em sociedades tradicionais brasileiras. *Espaço & Geografia*, 2013, v.16, n.2, p.628-640.
- WILLEMS, Emilio. *Buzios Island. A Caiçara Community in Southern Brazil*. Seattle: University of Washington Press, 1952.